



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO–UFES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS

THIAGO DIAS SANTOS

A UTOPIA DA ORDEM:
O RESSENTIMENTO CASTRENSE EM RELAÇÃO ÀS
ACUSAÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO DO PODER
DURANTE O MOVIMENTO CIVIL-MILITAR NO BRASIL
(1964-1974)

VITÓRIA

2011

THIAGO DIAS SANTOS

**A UTOPIA DA ORDEM:
O RESSENTIMENTO CASTRENSE EM RELAÇÃO ÀS
ACUSAÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO DO PODER
DURANTE O MOVIMENTO CIVIL-MILITAR NO BRASIL
(1964-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História Social das Relações Políticas. Orientador: Prof. Dr. Carlos Vinícius da Costa Mendonça.

VITÓRIA
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Santos, Thiago Dias, 1982-
S237u A utopia da ordem :o ressentimento castrense em relação às acusações sobre o exercício do poder durante o movimento civil-militar no brasil(1964-1974)) / Thiago Dias Santos. – 2011.
122 f. : il.

Orientador: Carlos Vinícius Costa de Mendonça.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Militares. 2. Ressentimento. 3. Rancor. 4. Forças armadas.
5. Atividades políticas. 6. Perseguição política. I. Mendonça, Carlos Vinícius Costa de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

THIAGO DIAS SANTOS

**A UTOPIA DA ORDEM:
O RESSENTIMENTO CASTRENSE EM RELAÇÃO ÀS
ACUSAÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO DO PODER
DURANTE O MOVIMENTO CIVIL-MILITAR NO BRASIL
(1964-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____ de _____ de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Vinicius Costa de Mendonça
Orientador/ UFES

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Dadalto
UFES

Prof^a. Dr^a. Gabriela Santos Alves
UFES

Prof. Dr. José de Souza Miguel Lopes
UNILESTE

*Aos meus pais pela dedicação e esforço;
À Dona Eni pelas palavras de atenção e
atitudes construtivas, fazendo sempre que
eu buscase e continue buscando tornar-me
alguém melhor.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai Nilo Walter dos Santos pelo esforço em tentar que seu stalinismo galopante não se tornasse a sua única forma de enxergar as coisas do mundo. Agradeço a minha mãe Elizabeth Fernandes Dias Santos pelo apoio e dedicação que sempre teve comigo. Os valores que você me ensinou, serviu e sempre servirão para apontar caminhos e para agir de maneira livre e íntegra diante de um mundo marcado pela insegurança, passividade e servilismo. Sua maneira de me apontar o quanto o gênero humano ainda é possível e merecedor de confiança, faz com que eu reveja conceitos e busque caminhos mais tranquilos.

Agradeço imensamente ao professor Dr. Carlos Vinicius Costa de Mendonça cuja paciência, respeito e generosidade foram primordiais para que eu pudesse levar adiante minha pesquisa. Seus conselhos, apontamentos e orientações não foram somente vitais para mim no sentido acadêmico, mas também foram importantes para a minha experiência de vida. À paciência e o respeito que foram muito além do que muitos pais têm por seus filhos sempre serei grato, e também pelo apoio e confiança. Obrigado professor levarei seus ensinamentos comigo e me sentirei muito bem se conseguir levar adiante pelo menos um pouco do que aprendi com você, não só no campo acadêmico, mas também no lidar com as pessoas. Meu muito obrigado.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas pela maneira ética e respeitosa como trata o corpo discente.

À professora Dr^a. Márcia Barros Ferreira Rodrigues pelos apontamentos valiosos que fez em relação ao meu trabalho. Apontamentos qualificados e muito importantes. Além de mostrar um interesse em orientar e um cuidado em não desqualificar o texto que tem em mãos.

À professora Dr^a. Gabriela Santos Alves pela precisão na análise e firmeza nos comentários, mas ao mesmo tempo generosa em seus apontamentos. Demonstrando a intenção de ajudar a enriquecer o texto em análise e não em desqualificar e invalidar a pesquisa.

Ao professor Dr. Josemar Machado de Oliveira não só pela qualificação acadêmica, mas principalmente pela defesa dos seus ideais. Servindo assim de inspiração, já que vivemos em tempos onde as idéias são facilmente abandonadas diante dos problemas ou diante da sedução financeira.

Aos demais professores da graduação em História, mesmo discordando da visão de mundo de alguns, por dedicarem uma pequena parcela do seu preciosíssimo tempo ministrando o imenso saber que possuem sobre o que está distante da vida cotidiana.

Agradeço a minha professora Edna que no seu lidar docente durante o início da minha caminhada escolar, me incutiu a beleza e confiança no estudo como uma ferramenta de construção e transformação.

À secretária do Programa, Ivana Ferreira Lorenzoni, por sua educação, compromisso e seriedade no trato com os estudantes do Programa. Sempre solicita e disposta a ajudar e orientar o corpo discente no tocante as dúvidas burocráticas e outros questionamentos.

Aos meus colegas de mestrado pelo respeito e incentivo. Uma dedicação especial para Marcelo Siano cujo conhecimento político me aponta caminhos e a amizade alimenta admiração, e a Douglas Rabbi pelo incentivo e apoio na prática docente.

Aos meus amigos de infância, e aos que fiz durante o curso de História. Com especial dedicação a Heleno José Vidal, Lincoln Moreira Mozer e Thiago Menini dos Reis, pelas conversas e apontamentos que me foram e são importantes. Os amigos que escolhemos são os irmãos que fazemos na vida.

Agradeço a Enver Dias Santos por sua amizade e afeição inabaláveis. Orgulha-me saber que você é meu irmão e que estaremos juntos nessa caminhada aventureira que é a vida. Meu obrigado.

Agradeço também ao meu tio Dudu, a Wilson Passos, Aloísio Moreira, minha tia Vera e a dona Jacy. Infelizmente vocês não estão mais aqui para partilhar suas experiências comigo, mas seus gestos e palavras de carinho nunca deixarão sentir-me só.

Aos familiares que por mim tiveram carinho e um lidar respeitoso. Aos que conheci nessas andanças boêmias e partilharam suas concepções de mundo comigo, me fazendo se não entender, pelo menos respeitar as diferenças.

Aos conhecidos que não tiveram os nomes citados aqui, saibam que isso não significa que meus gestos de carinho e respeito não alcançam vocês. Meu muito obrigado a todos.

*“Hey, wait, I've got a new complain
Forever in debt to your priceless advice
Your advice.”*

Cobain

*“Foram com certeza momentos de humilhação
como este que fizeram os Robespierre.”*

Stendhal

*“A massa pós-moderna é massa sem potencial,
uma soma de microanarquias e solidões que
mal lembra o tempo em que – incitada e
conscientizada pelos seus porta-vozes e
secretários-gerais – deveria e queria fazer
história como coletivo prenhe de expressão.”*

Peter Sloterdijk

RESUMO

O respectivo trabalho tem como prisma analisar uma série de depoimentos dados por militares que participaram dos acontecimentos políticos no Brasil, que culminaram no 31 de março de 1964. Os depoentes tiveram um papel relevante durante os 21 anos de governo militar. A marca da análise fixa-se em apontamentos que mostrem dentro dos depoimentos os ressentimentos que os homens de farda expuseram em suas falas. Ressentimentos galgados principalmente no anticomunismo e na visão ruim que as forças armadas ficaram perante a sociedade após o fim do regime. O trabalho se estrutura mostrando como se iniciou no exército brasileiro o papel de uma instituição que deveria exercer uma participação política direta no país, além de se ver como a fonte da reserva moral da nação e guardião dos preceitos de patriotismo e nacionalismo. Isso feito para mostrar que a intervenção ocorrida em 1964 não foi fruto de imediatismos ou por ordenação estrangeira em conluio com o capital nacional, onde os militares seriam meros joguetes. A intervenção precisa ser analisada a partir de uma ótica que perceba os motivos e intenções que fizeram as Forças Armadas destituírem do poder o presidente João Goulart. Dentro dos depoimentos também será analisada a questão da memória dos militares no tocante a assuntos estreitamente ligados ao período: o porquê da derrubada de João Goulart, a repressão aos opositores, a questão da tortura e outros assuntos recorrentes ao período analisado. O fechamento do trabalho vai dar-se a partir de uma análise direta nos depoimentos onde está exposto de maneira explícita ou implícita os ressentimentos dos militares no tocante aos ocorridos antes e após os acontecimentos do 31 de março de 1964.

Palavras-chaves: 1. Militares. 2. Ressentimento. 3. Rancor. 4. Forças Armadas. 5. Brasil - História – Atividades políticas- 6. Repressão – Tortura

ABSTRACT

The respective work has as prism to analyze a series of testimonies given by military officers who participated in the political events in Brazil that culminated on the 31st of March of 1964. The deponents had a relevant role during the 21 years of the military government. The goal of the analysis concentrates on notes that exhibit throughout the testimonies, the resentments that the men in uniform exposed in their words. Resentments intensified mostly in the anticommunism and in the bad reputation the military forces had before the society after the end of the regime.

The work is structured in showing how it began in the Brazilian army the role of an institution that was supposed to practice a direct political participation in the country, besides seeing itself like the source of moral reserve of the nation and guardian of the precepts of patriotism and nationalism. Being this done to demonstrate that the intervention which occurred in 1964 was not a result of an immediacy or by foreign orders in collusion with the national capital, where the soldiers would be mere playthings. The intervention needs to be analyzed from an optics that realizes the motives and intentions that made the military forces deprive the president John Goulart from the power. Among the testimonies it will also be analyzed the question of the military officers' memory regarding subjects directly connected to the period: the reason of the destitution of João Goulart, the repression to the opponents, the question of torture and other recurrent subjects to the analyzed period. Among the testimonies it will also be analyzed the question of the memory of the military officers regarding subjects directly connected to the period: the reason of deposing João Goulart, the repression to the opponents, the question of torture and other recurrent subjects to the analyzed period.

The conclusion of the work will be originated from a direct analysis of the testimonies where it is exposed in an explicit or implicit way, the resentments of the military officers regarding the occurrences before and after the events of the 31st of March of 1964.

Keywords: 1. Military officers. 2. Memory. 3. Resentment. 4. Military Forces. 5. Brazil – History – Political activities. 6. Repression – Torture.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A UTOPIA DA ORDEM: O EXÉRCITO COMO ATOR POLÍTICO	27
2.1 O Exército como força política.....	27
2.2 O demiurgo Góes Monteiro.....	32
2.3 1964: a ameaça vermelha ronda a caserna.....	36
2.4 Doutrina de segurança nacional.....	42
3 DEPOIMENTOS: A DEFESA DO EXERCÍCIO DO PODER	46
3.1 A fraqueza de João Goulart e a ameaça da quebra da hierarquia e da disciplina.....	50
3.2 A ausência de projeto.....	53
3.3 A Guerra Intestina.....	55
3.4 A Repressão.....	59
4 RESSENTIMENTO: A DOLOROSA ARTE DO NÃO ESQUECER	64
4.1 O ressentimento dos militares.....	68
4.2 O ressentimento civil.....	70
4.3 O Fantasma do comunismo.....	73
4.4 A Ameaça vermelha.....	74
4.5 O Fantasma da depreciação por parte da sociedade.....	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXOS	99
ANEXO A - LISTA DOS ENTREVISTADOS	100
ANEXO B - GETÚLIO VARGAS E GÓES MONTEIRO	101

ANEXO C - JÂNIO QUADROS.....	102
ANEXO D - CONDECORAÇÃO DE GUEVARA.....	103
ANEXO E - JOÃO GOULART.....	104
ANEXO F - COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL.....	105
ANEXO G - MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE.....	106
ANEXO H - CAMPANHA ANTICOMUNISTA.....	107
ANEXO I - CABO ANSELMO.....	108
ANEXO J - CABOS E SARGENTOS CARREGANDO NOS BRAÇOS O ALMIRANTE VERMELHO.....	109
ANEXO L - JOÃO GOULART CHEGANDO PARA DISCURSAR NO AUTOMÓVEL CLUB.....	110
ANEXO M - TANQUES NAS RUAS DURANTE A MADRUGADA DE 31 DE MARÇO.....	111
ANEXO N - TANQUES NAS RUAS NO DIA 1º DE ABRIL.....	112
ANEXO O - LUÍS CARLOS PRESTES.....	113
ANEXO P - FERNANDO GABEIRA.....	114
ANEXO Q - MARCHA POPULAR CONTRA O REGIME CIVIL-MILITAR.....	115
ANEXO R - TROPAS DO EXÉRCITO NO ARAGUAIA.....	116
ANEXO S - PRÉDIO ONDE FUNCIONOU O DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL EM SÃO PAULO.....	117
ANEXO T - ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS.....	118
ANEXO U - ESCOLA MILITAR DO REALENGO.....	119
ANEXO V - PRÉDIO ONDE FUNCIONOU O DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES E O CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA NO RIO DE JANEIRO.....	120
ANEXO X - MEMORIAL ERGUIDO NA PRAIA VERMELHA (RJ) EM HOMENAGEM AOS SOLDADOS QUE MORRERAM COMBATENDO A INTENTONA COMUNISTA NO ANO DE 1935.....	121
ANEXO Z - TROPAS EM PRONTIDÃO.....	122

1 INTRODUÇÃO

“Exigir da força que não se expresse como força, que não seja um querer-dominar, um querer vencer, um querer-subjugar, uma sede de inimigos, resistências e triunfos, é tão absurdo quanto exigir da fraqueza que se expresse como força.”

Nietzsche

Terminado o longo período de governo do movimento civil-militar¹ no Brasil, as informações e estudos que vieram sobre o período caracterizaram-se em sua maioria por depoimentos e análises das pessoas que foram contrárias ao regime², deixando assim um campo aberto para análises a partir da ótica dos militares em relação às emoções e motivações que levaram as Forças Armadas a intervirem no 31 de março de 1964. Intervenção que levou a derrubada do governo de João Goulart³ e instaurou um regime político que deixou marcas indeléveis para a sociedade brasileira como um todo.

Compreender as motivações e as emoções que permearam essas ações é uma tarefa importante desta pesquisa. A partir da análise de depoimentos prestados por militares, buscar-se-á apontar os ressentimentos contidos nas falas dos homens de farda, e dentro dos discursos tentar perceber o que motivou o ressentir dentro das três armas para com a sociedade.⁴

¹ DREIFUS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.p.397.

² Tavares, Kleber da Silva. **A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. 2009.p.15.

³ João Belchior Marques Goulart (1919-1976). Foi presidente do Brasil dos anos de 1961 até 1964, quando saiu do poder devido à intervenção do movimento civil-militar que o destituiu das funções presidenciais.

⁴ Neste trabalho quando se trata sobre sociedade não significa que toda a sociedade brasileira foi contrária ou a favor ao movimento civil-militar que chegou ao poder em 1964. Existiram os que fizeram oposição, os que apoiaram indireta ou indiretamente o regime, os que ocuparam cargos decisórios e os que se mantiveram no torpor da alienação.

O trabalho tem como objeto de estudo, os militares brasileiros, e busca perceber dentro dos depoimentos as opiniões sobre fatos importantes que marcaram a experiência de 21 anos no poder pelas Forças Armadas. Analisando dentro das falas como os militares legitimam suas ações e a partir disso se sentem injustiçados com o olhar depreciativo que se tem sobre o período em que exerceram o poder.

O desenvolvimento está alicerçado no objetivo principal de destacar a questão do ressentimento dentro das falas dos militares. Um ressentimento sentido devido o julgamento negativo que acontece em relação aos 21 anos em que exerceram o poder no país, mas que também se estende para o desprezo com as idéias comunistas.

Imbuídos da missão de proteger a pátria e a própria instituição militar do comunismo, os depoentes mostram-se injustiçados diante das acusações que as três armas sofrem. Nessa concepção de injustiçados, impedidos de reagir, cria-se o cenário para o surgimento do ressentimento para com os civis. Ressentimento esse muito pouco valorizado e que merece uma análise. É essa análise que o trabalho busca oferecer.

Portanto a partir do momento que a missão de proteger o país do comunismo na década de sessenta passou a ser questionada e desqualificada, começou a florescer o ressentimento na caserna contra a parcela da sociedade que estava atacando a imagem das três armas.

Apontar como floresce tal ressentimento e o que o legitimaria é o ponto importante deste trabalho. Não se trata, porém, somente de apontar os trechos dos depoimentos que apontam os militares ressentidos com os opositores do regime, e sim o que levou a tal ressentir.

Justifico tal pesquisa devido à carência de estudos sobre os militares no tocante à visão dos mesmos sobre os acontecimentos que levaram ao ápice político em

1964. Analisar as motivações e perceber as sutilezas nas ações faz-se muito importante para que possamos entender melhor um período da história do país que tanto causa polêmica, levanta dúvidas e desperta rancores.

Uma análise então que possibilite enveredar pelo caminho do ressentimento militar que é um campo ainda não muito explorado devido a um relativo desinteresse em estudos acadêmicos sobre os militares a partir da ótica dos mesmos,⁵ e o tempo em que exerceram o poder no país em parceria com os civis.

Abordar o olhar do militar é uma maneira de dar voz ao lado que devido a questões éticas e institucionais, fica contido no silenciar da caserna⁶, e que somente esporadicamente quebra o silêncio quando o assunto envolve os 21 anos em que estiveram no poder. Além do que, despertar o ressentimento militar em relação aos civis opositores é criar a possibilidade de se perceber outras formas ressentidas de comportamento que permeiam a sociedade brasileira.

A análise de discurso é o instrumento metodológico para o desenvolvimento deste trabalho, e será feita em duas obras fundamentais: *Visões do Golpe: A memória militar sobre: 1964* e *Os Anos de Chumbo: A memória militar sobre a repressão*. Tais obras contêm os depoimentos de militares que, se não tiveram uma liderança destacada nos preparativos da derrubada de João Goulart, foram peças importantes na implementação e manutenção do regime.⁷ Foram militares que exerceram importantes funções de comando e direção nas Forças Armadas e nos bastidores dos governos durante o período em que o regime esteve no poder.⁸

⁵ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.7.

⁶ No dicionário virtual Michaelis o termo caserna é definido como: 1 Habitação de soldados dentro de quartel ou praça. 2 Quartel, aquartelamento. 3 Vida militar.

⁷ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.8.

⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes.(Org.) **Entre-Vistas: abordagens e usos da história oral**.Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.147.

Os depoimentos foram colhidos pelos professores: Maria Celina D´Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro. As perguntas feitas nas obras buscaram extrair o máximo de informações por parte dos depoentes sobre o espaço-tempo abordado. O primeiro livro: *Visões do golpe* abarca o período que vai da renúncia de Jânio Quadros⁹ à presidência da República, em agosto de 1961, até a eleição do Gal¹⁰. Costa e Silva¹¹ em 1967¹². Já a segunda obra tem como pano de fundo o período que se inicia em 1964 e estende-se até o final de 1974, com o fim da guerrilha do Araguaia, vencida pelos militares.¹³

Os dois livros têm como estrutura uma série de entrevistas (são treze ao todo) com militares do Exército e da Aeronáutica. Não foi possível por parte dos entrevistadores nenhum contato com militares da Marinha para que suas percepções do período fossem mostradas.¹⁴ Deixando assim um espaço para possíveis trabalhos.

Os anos das entrevistas foram os de 1992 até o de 1994, menos de dez anos depois da volta dos militares para os quartéis. A escolha de tais obras ocorreu devido à relevância das mesmas (o que não desqualifica o montante das obras que abordam o assunto) e do peso dos depoentes.

Os depoimentos facilitaram a construção do trabalho, no tocante não só à percepção do ressentimento dentro das falas dos atores históricos do período

⁹ Jânio da Silva Quadros (1917-1992) Político brasileiro que ocupou a presidência da República após ser eleito em 1960, ficando apenas menos de sete meses no poder, já que renunciou em agosto de 1961.

¹⁰ Abreviatura de general.

¹¹ Artur da Costa e Silva (1899-1969) Foi um militar brasileiro que ocupou a presidência da República do país entre 1967 até 1969. Tornando-se assim o segundo presidente militar do movimento civil-militar que havia chegado ao poder. Entre as medidas que marcaram o seu governo, a que se destacou foi a instalação do Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968. Que pôs em prática medidas fortemente ditatoriais dentro do território brasileiro, no intuito de combater a guerra subversiva que ameaçava o país, na ótica dos militares e dos civis que apoiavam o regime.

¹² CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.8.

¹³ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. p.11.

¹⁴ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. p.12.

estudado. Pois o material feito pelos profissionais da Fundação Getúlio Vargas já havia passado pela depuração das entrevistas e mostrava o que os depoentes tinham a dizer sobre a experiência vivida no poder de maneira clara e direta. Apontando assim a condição deste trabalho enquanto fonte secundária.

Os depoimentos tratam sobre perdas e danos, certezas e possibilidades. Falando sobre a importância das três armas para a manutenção da ordem no país, fica latente e perceptível nas falas o sentimento de orgulho por pertencer as Forças Armadas e ao mesmo tempo um ressentimento pela imagem negativa que a sociedade passou a alimentar em relação aos militares após o fim do regime.

Tornou-se perceptível um sentimento que os militares têm sobre perda de prestígio social, culminando num processo de desvalorização junto à sociedade e ao governo¹⁵. Tudo isso indicando que as ações militares durante os 21 anos de governo do movimento civil-militar no Brasil, não tiveram o respaldo e a legitimação por grande parte da sociedade brasileira como os militares gostariam que ocorresse.

A questão é que para os militares que participaram dos acontecimentos que culminaram no 31 de março de 1964, houve um chamamento da sociedade¹⁶ para que as Força Armadas participassem diretamente e derrubassem o presidente João Goulart. Portanto tal visão negativa da sociedade no pós-regime soa para os mesmos como uma ignomínia, uma injustiça, uma ingratidão que pode ser compreendida também como uma traição.¹⁷

A traição ocorre, pois se essa mesma sociedade clamou pelos militares e muitos civis participaram do regime, como ela, acabado o governo atenta contra as ações que foram efetivadas durante os 21 anos de governo, e responsabiliza somente os militares por tudo de ruim que aconteceu e se ausenta das responsabilidades?

¹⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) **Entre-Vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.153.

¹⁶ Idem, p.155.

¹⁷ Idem, idem.

Os depoimentos deixam claro uma incompatibilidade no olhar das Forças Armadas e da sociedade sobre os ocorridos durante o movimento civil-militar. Até a maneira de se dirigir ao movimento é um retrato de uma luta cruenta sobre qual memória irá prevalecer sobre o período. Assim fica evidente que no tocante ao exercício de poder por parte dos militares:

“[...] há uma série de pontos em comum que explicitam questões mal resolvidas que tendem a se corporificar como paradigmas de uma avaliação sobre a saída mal engendrada do poder e a incapacidade de os militares legitimarem junto à sociedade os aspectos positivos do seu desempenho como governantes[...] os militares deixaram escapar uma oportunidade única de maximizar a importância de seu papel como agente político, econômico e social na condução dos destinos do país.”¹⁸

Sendo assim existem pontos que desqualificam a ação dos militares no poder, deixando um amplo aspecto para as críticas e condenações por parte da sociedade. Tais pontos são elencados e reforçados pelos que foram opositores ao regime. A professora Maria Celina elenca alguns pontos críticos e que servem de alicerce para os ataques as Forças Armadas:

“1- os militares saíram mal do poder. Saíram mal porque sua imagem ficou socialmente desgastada, comprometida, associada a desmandos políticos e ao fracasso econômico do governo Figueiredo;¹⁹
 2- a moral militar ficou ofendida pela forma como se avaliou sua passagem pelo poder;
 3- os traumas internos gerados pelo exercício do poder são maiores do que usualmente se supõe;
 5- a defesa dos governos militares tornou-se uma obra impossível mesmo entre os militares, porque eles perderam na sociedade interlocutores que lhe dessem credibilidade;”²⁰

Tal situação acabou criando o cenário para o surgimento de um ressentimento profundo. Um ressentir tanto da parte das Forças Armadas, quanto por parte da sociedade. O que será analisado no trabalho com mais vigor é o ressentimento que as Forças Armadas nutrem em relação ao olhar condenatório que existe por

¹⁸ Idem, p.153.

¹⁹ João Batista Figueiredo (1918-1999) foi o último presidente do movimento civil-militar de 1964. Governou de 1979 até 1985.

²⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) **Entre-Vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.153.

parte da sociedade em relação aos ocorridos durante os 21 anos em que o movimento civil-militar esteve no poder. Mas também será abordado o ressentimento civil em relação às Forças Armadas.

Os militares em sua compreensão de salvaguardas da nação acabaram tendo o orgulho ferido ao verem a imagem das três armas associada a torturas, assassinatos e a todo o tipo de violência. Trechos que apontam o papel de salvaguardas marcaram alguns depoimentos.

Isso precisa ser destacado, já que com tal concepção os militares têm como compreensão que suas ações foram imbuídas de um espírito patriótico, salvacionista e restaurador da ordem. Eles teriam salvado o país do caos, da ameaça comunista. Por isso suas ações mereceriam mais respeito e celebrações. As críticas virulentas causam perplexidade para aqueles que agiram dentro de suas concepções, para o bem-estar da nação.

Destaco aqui trechos dos depoimentos dos Generais José Luiz Coelho Netto e Ivan de Souza Mendes respectivamente, no tocante ao papel primordial das Forças Armadas:

“É missão do Exército, das Forças Armadas, defender a Constituição, defender a ordem legal. Quando aparecem grupos querendo derrubar a ordem legal, não precisa haver ordem para contra-atacar. Já está implícito na missão. Então, os militares se organizam e saem em cima.”²¹

“Porque o Exército se considerava o responsável pela ordem. Em última instância, é o responsável pela ordem interna do país. Nós procuramos desenvolver essa doutrina de que uma das missões das Forças Armadas é a garantia da ordem interna- defesa externa e garantia das instituições e da ordem interna. E foi com base nessa visão de missão que o Exército e as Forças Armadas entraram na luta... estava em jogo a defesa das instituições. Naturalmente, as Forças Armadas se sentiram obrigadas a participar, e as diretrizes deram esse respaldo, vamos dizer doutrinário e operacional para sua atuação. Porque ao doutrinário segue-se o operacional. O que as Forças Armadas fizeram, então, foi cumprir a missão de garantia da ordem interna, garantia das instituições republicanas.”²²

²¹ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.234.

²² Idem, pp. 166-170.

Fechando essa parte com a concepção do Gal. Enio dos Santos de que: “pela Constituição, ele (Exército) era responsável pela segurança interna, então devia tomar as medidas que se fizessem necessárias [...]”²³

Sendo assim o país estava sob risco iminente (na ótica militar) e as Forças Armadas tiveram um papel preponderante para salvaguardar a nação. A não compreensão de tal situação resultou numa lenta e rancorosa construção do ressentimento dos militares, pois já que a missão de defender e salvar a pátria da ameaça comunista foi cumprida, por que as Forças Armadas tiveram seus papéis de comando dentro do movimento civil-militar, relegados a truculência, assassinatos e a meros joguetes de interesses financeiros nacionais e internacionais? Já que as três armas simplesmente impediram (na ótica dos militares) que a nação caísse em colapso por causa das ações comunistas. Por que não reverenciar e agradecer as Forças Armadas?

Responder essas perguntas é algo muito complexo. O que fica perceptível dentro dos depoimentos é um nítido sentimento de derrota²⁴ em relação ao tipo de memória que se construiu e se constrói sobre o período do regime instaurado a partir de 31 de março de 1964, ou seja, o poder exercido é desconstruído e descaracterizado.

A pesquisa então divide-se em quatro partes principais:

- A Utopia da Ordem: O Exército como ator político.
- Depoimentos: A defesa do exercício do poder.
- Ressentimento: A Dolorosa arte do não esquecer.
- Considerações Finais.

²³ Idem, p.140.

²⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) **Entre-Vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.147.

A primeira parte tem como objetivo expor sutilmente as três intervenções militares que construíram no Exército um papel, um sentimento de primazia no cenário político nacional. As intervenções abordadas serão as de 1889, 1930 e a de 1964. Tais intervenções apontam para um sentimento de que a instituição poderia e deveria participar diretamente das questões políticas do país, não na condição de coadjuvante, mas sim entre os atores principais, e isso reforçou também na força terrestre uma concepção de que seus integrantes tinham e ainda têm a primazia no tocante a sentimentos de patriotismo e nacionalismo.

A exposição irá discorrer sobre os primórdios da intervenção política por parte do Exército no período imperial. Depois na República²⁵ serão apontados os acontecimentos da década de trinta que culminaram no fim da República Velha e deram início a Era Vargas levando para a instauração de um governo ditatorial em 1937, e por fim o ápice político que culminou no 31 de março de 1964.

Apontando nessa exposição que no período imperial destacou-se um sentimento de importância no papel exercido no país por parte das armas, na década de trinta a questão da construção de um ideário político para o Exército e a aplicação do mesmo na sociedade e na década de sessenta a eclosão de todo o imaginário anticomunista, germinado na década de trinta, e o papel da doutrina de segurança nacional (por mais contestada que possa ser²⁶) na propagação do ideário anticomunista.

É importante apontar no trabalho que a primazia da pesquisa se dará em relação ao Exército, pois foi à força terrestre quem teve um papel preponderante no cenário político-histórico do país, em detrimento da Marinha e da Aeronáutica,²⁷

²⁵ O movimento Tenentista que marcou a vida política do país na década de trinta não será tratado por uma questão de construção da obra. O movimento tenentista estava imbuído do espírito militar que visava o desenvolvimento do país e do olhar de superioridade dos homens da caserna em relação aos civis nos quesitos de ética e moral. Objetivavam moralizar a vida política pondo fim a toda a corrupção nas eleições e queriam a reforma do ensino e o voto secreto entre outras modificações. Porém o movimento tenentista não era bem visto dentro da caserna por ir de encontro com o princípio da hierarquia já que era basicamente composto por cadetes, tenentes e capitães.

²⁶ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp.39-40.

²⁷ A Força Aérea Brasileira foi fundada em 20 de janeiro de 1941.

dos sete presidentes militares que o país teve, todos foram homens saídos das fileiras do Exército.

A segunda parte irá tratar dos depoimentos dados pelos militares, apontando para uma defesa das ações levadas pelos homens de farda enquanto os mesmos estiveram no poder. Os assuntos mais repetidos e unânimes no intuito de legitimar as ações durante a estada no poder versam sobre a utilização do termo revolução para se referir ao movimento civil-militar, a inépcia de João Goulart no poder (o que deu abertura para a ameaça comunista e o solapamento da hierarquia e da disciplina dentro das Forças Armadas e o caos social), a ausência de um projeto de poder nos primórdios do movimento de 1964, a acusação de que foram os grupos de esquerda que iniciaram a luta armada, a concepção de que o país estava em guerra interna e o inimigo precisava ser derrotado custasse o que custasse e de que os atos de tortura foram desvios de conduta e não uma prática institucionalizada pelo governo.

Todos esses pontos dentro das falas tiveram o papel de legitimar as ações efetuadas pelos militares enquanto estiveram no poder. A idéia passada é a de que as ações foram de reação contra a ameaça comunista. As violências não teriam se iniciado por parte das forças do Estado, e sim por parte dos subversivos. Coube então as Forças Armadas combater e extirpar da sociedade os subversivos e a ameaça que eles representavam para o país e para o governo vigente.

Importante ressaltar que ao tratar sobre os depoimentos dos militares certamente não significa *a priori* legitimar tudo o que foi dito pelos homens de farda. Não significa ratificar e referendar as ações e as motivações apontadas pelos depoentes, já que como apontou a professora Márcia Barros:

“[...] o trabalho do historiador como um ofício artesanal que requer método, sensibilidade e criatividade imaginativa. Ou seja, caracterizado por ser altamente especializado, pelo domínio de um saber e de uma técnica que tem compromisso com a averiguação, a prova e a retórica, que devem andar juntas. Ao avaliar as provas, os historiadores devem ter em conta que todo o ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força, que o

condicionam[...] Portanto, é preciso sensibilidade, imaginação e capacidade de argumentação (retórica) para analisar as relações de força presentes no processo histórico.”²⁸

Sendo assim trata-se de uma análise que não celebra e não condena o que é dito. Analisa as falas com um sentimento de tentar perceber a força motriz do ressentimento dentro dos discursos dos militares, tanto o em relação ao ideário comunista quanto o que floresce em relação à depreciação do olhar civil sobre as ações dos militares no poder.

Na terceira parte serão elencados dentro dos depoimentos, os ressentimentos que os homens de farda nutrem e não esquecem. Um ressentir que nasce do sentimento de traição, já que a sociedade civil em uma considerável parcela, clamou pela intervenção para tirar do governo João Goulart, e acabar de vez com a instabilidade social, política e econômica que tomava conta do país. Mas após o término do movimento civil-militar, a sociedade passou a culpar as ações dos militares no poder.

Os trechos que expõe a participação e o clamor civil no movimento de 1964 são importantes para a pesquisa, pois é a partir deles que se mostra que os militares atenderam a um clamor popular para salvaguardar o país da ameaça de anarquia, desordem e do comunismo que sufocava o tecido social do período.²⁹

Será destacado também o ressentimento que as Forças Armadas nutriam no período em relação ao comunismo, e como tal sentimento foi também de vital importância para as ações que culminaram na entrada dos militares no movimento que derrubou João Goulart. Tal sentimento não pode ser subestimado ou preterido, pois fica claro que tal afeto foi uma força motriz nas ações das Forças Armadas no sentido de salvaguardar não somente o país, mas a própria

²⁸ SOUZA, Olga Maria Machado Carlos de; SOUBBOTNIK, Michel Alain. **Enlaces: psicanálise e conexões**. Vitória. GM Gráfica & Editora, 2008. pp.74-75.

²⁹ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.12.

instituição militar. A ameaça comunista era real e teve brutal relevância no sentido de levar temor e apreensões para a caserna.

O ressentimento para com o comunismo, o medo de uma convulsão no país caso o ideário de esquerda prevalece-se, aliado ao clamor popular por uma intervenção dos militares foram então os elementos primordiais para motivar as ações das Forças Armadas em 1964.

A não compreensão dos civis passado o regime, fere o ideário da caserna, pois a concepção da luta contra o comunismo estava galgada na ética e no sentido de dever. A missão precisava ser cumprida: proteger o país do perigo comunista. Atacar as ações é o mesmo que atacar e desmerecer a missão executada. Ferindo assim o orgulho das três armas e causando a incompreensão por parte da caserna, criando assim o ambiente perfeito para o florescimento do ressentir militar.

Importante frisar a questão do anticomunismo, pois o papel vital das Forças Armadas, alicerçado na hierarquia e disciplina, acabou sendo desprezado com a longevidade do governo iniciado em 1964. A sociedade não se apercebia da luta cruenta que os militares travavam contra a ameaça interna (os subversivos comunistas). Encurtava-se assim o diálogo da sociedade com o regime.

“Corríamos riscos de vida enquanto a maioria dormia tranquilamente, usufruindo os benefícios do que se fez, com a maior segurança com que passaram a contar. Nós, ao contrário, só tivemos lutas, enfrentamos essa onda toda, alguns colegas enfrentaram tiros e outras ameaças.”³⁰

Este trecho acima está contido no depoimento do Cel.³¹ Cyro Etchegoyen, ele é um dos vários trechos contundentes no tocante ao ressentimento para com os civis. Enquanto os militares enfrentavam uma verdadeira guerra para

³⁰ CASTRO, Celso Correa Pinto de; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. p.114.

³¹ Abreviatura de coronel.

salvaguardar a nação da ameaça comunista, o restante dos civis, que não estavam envolvidos na luta armada, usufruía dos benefícios conquistados graças aos homens da caserna. O não reconhecimento de tal esforço e esmero é algo que trás a mágoa e faz florescer o ressentir por parte das três armas.

Será feita também na terceira parte um apontamento sobre o ressentimento civil e o quanto ele legitima o olhar depreciativo lançado contra as Forças Armadas por parte dos opositores do movimento civil-militar de 1964. O ressentimento civil leva a depreciação das ações dos militares durante o exercício do poder e tal depreciação germina o ressentimento das Forças Armadas para com os civis.

Devido a essa construção complexa é que se faz preciso abordar o ressentimento civil para que se possa entender o porquê de uma parcela da sociedade nutrir um olhar condenatório em relação às ações dos militares no poder e constroem a partir desse olhar um imaginário alicerçado em paixões tristes³² e em atitudes irreconciliáveis com os que consideram seus algozes. Esse ressentimento civil se não leva pelo, menos está intimamente ligado ao ressentimento militar, caindo todos num cenário estéril no tocante a compreensão dos atos feitos de 1964 em diante.

Por fim dentro das considerações finais será feito um apanhado geral do que foi tratado. Destacando o ressentimento da caserna e o civil e o quanto tais afetos estão em rota de colisão e por isso trazem a sociedade brasileira fraturada quando a questão envolve os traumáticos 21 anos de governo do movimento civil-militar.

O trabalho não visa aprofundar as opiniões e motivações dos opositores do movimento civil-militar, até pela vasta e qualificada bibliografia que existe sobre o assunto e por esse não ser o objetivo do trabalho. Devido ao silêncio e poucas declarações por parte dos militares faz-se preciso abordar o tema a partir da ótica

³² O termo paixões tristes foi utilizado por Baruch Spinoza (1632-1677) para contrapor as paixões alegres. As paixões tristes simbolizavam o nível mais baixo das potências vitais de um ser humano. As paixões tristes representam uma celebração da morte, da alienação e abandono da luta pela vida.

mais espinhosa e condenada publicamente, para que se busque tentar perceber as motivações, idéias e posturas adotadas pelos homens da caserna que os levaram a participar ativamente do movimento civil-militar em 1964.

2 A UTOPIA DA ORDEM: O EXÉRCITO COMO ATOR POLÍTICO

“Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército, e não a política no Exército”.

General Pedro Aurélio de Góes Monteiro

“A política é a continuação da guerra por outros meios.”

Michel Foucault

Pensar os militares como atores políticos na vida do país não é uma tarefa que inicia-se com os acontecidos em 1964. Pensar a participação dos homens de farda requer um retorno até os tempos do Império, onde o Exército começou a buscar e exigir reconhecimento por parte dos detentores do poder. Uma situação que culminou na destituição do imperador e na Proclamação da República, um movimento político que foi capitaneado pelo Exército e marcou o início da intervenção política direta das Forças Armadas na política nacional.

2.1 O Exército como força política

Surgiu durante o período final do século XIX no Brasil o Exército como uma força profissional com idéias políticas e sociais profundamente diferenciadas daquelas da elite de fazendeiros e advogados.³³ Idéias essas que buscavam o

³³ SCHULZ, John. **O exército na política**: origens da intervenção militar, 1850-1894. São Paulo: Edusp, 1994. p.202.

desenvolvimento do país e melhorias para a instituição. Instituição que já trilhava por um caminho de cunho desenvolvimentista e de ações integradoras.

“[...] ao longo do Império, formou-se uma contra-elite dentro do Exército, social e intelectualmente antagônica à elite civil, insatisfeita com a situação do país e, sobretudo, com sua própria posição na hierarquia de poder e prestígio. Essa contra-elite forneceu a liderança da intervenção de 1889.”³⁴

Essa elite do Exército via-se desprestigiada em relação ao governo imperial. Baixos salários, condições ruins nos quartéis e falta de prestígio em relação a outras classes (principalmente a dos advogados) deixavam insatisfeitos os oficiais do Exército. Um sentimento de desmerecimento era muito forte dentro do seio militar.

O autor John Schulz em sua obra: *O Exército na Política* aponta para um distanciamento irreparável entre o Exército e a elite do período imperial:

“Nada acontecera em suas carreiras que justificasse uma reconciliação com a elite.[...] A Guerra da Tríplice Aliança, a mais sangrenta da História do Brasil, demonstrara que, embora os políticos estivessem preparados para declarar a guerra, não estavam dispostos a mandar seus filhos para a frente. [...] Durante os anos oitenta, a campanha pela abolição lhes demonstrou que possuíam um grande poder político. A recusa do exército de caçar escravos fugitivos selou o destino da escravidão.[...]”³⁵

Um sentimento de inferioridade e ressentimento para com o poder imperial fez-se muito forte. Dentro desse cenário dois fatores foram decisivos para elevar o moral e a estima do Exército perante o cenário de descrédito diante da classe política. Foram as questões da Guerra do Paraguai³⁶ e o processo da Abolição da Escravatura³⁷.

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. p.154.

³⁵ SCHULZ, John. **O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894**. São Paulo: Edusp, 1994. pp.18-19.

³⁶ Guerra do Paraguai (1864-1870) Conflito que envolveu Brasil, Argentina e Uruguai numa guerra cruenta contra o Paraguai. No final do conflito a população masculina do Paraguai foi quase toda dizimada.

³⁷ SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894**. São Paulo: Edusp, 1994. p.18.

Os acontecimentos da Guerra do Paraguai e da Abolição da Escravatura³⁸ serviram para alimentar um espírito de identidade nacional e de defesa da pátria, caminhando para a construção de uma idéia de primazia e importância que as armas poderiam exercer nos rumos decisórios da nação e na vida política do país.

O sentimento das duas armas (Marinha e Exército) após o conflito no Paraguai estava calcado na importância dos militares na construção do desenvolvimento do país. A participação vitoriosa na Tríplice Aliança junto com a Argentina e o Uruguai apontou para a importância do Exército e da Marinha do país durante os conflitos, isso acabou servindo, terminada a guerra sangrenta, para que os militares se sentissem no direito de reivindicar do Império, um maior respeito e reconhecimento. Fortalecia-se assim um sentimento de valorização das armas e um descontentamento diante das negativas do poder imperial em relação às reivindicações dos militares.

Já a questão da escravidão era tão nevrálgica para o país, que quando o Exército se posicionou no sentido de recusar-se a caçar escravos fugidos, assumiu um lado oposto ao dos interesses da elite escravocrata e passou a bater de frente com as forças políticas imperiais. Ratificava-se assim o distanciamento brutal entre os interesses dos militares e os interesses do Império.

A crise só fez aumentar, e a alienação entre o Exército e o sistema político vigente acirrou-se com a Questão Militar da década de 1880, quando oficiais foram punidos por críticas ao governo em público.³⁹ Tal punição mostrava que o Exército tinha seus interesses e princípios ameaçados e em rota de colisão com a ordem vigente.

Findada a escravidão em 13 de maio de 1888 o Império não resistiu muito tempo e ruiu em 15 de novembro de 1889, em pouco mais de um ano. A queda do

³⁸ A escravidão no Brasil foi abolida em 13 de maio de 1888.

³⁹ MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P.33

Império veio com um golpe de Estado (perpetrado pelo Exército como principal liderança), e não com uma revolução popular; a República foi produto de um corpo de oficiais que defendeu seus interesses.⁴⁰

Mesmo com a pouca participação de civis, derrubado o Império, a figura de Marechal Deodoro obteve apoio dos civis para ocupar o poder⁴¹, marcando assim uma das características das intervenções militares: o apoio de uma parcela da sociedade.

A República da Espada⁴² foi marcada por uma grave crise econômica e forte repressão aos civis. O primeiro presidente, Deodoro da Fonseca ficou apenas dois anos no poder. Já Floriano Peixoto, seu vice, quando na presidência, perseguiu e mandou prender e fuzilar a maioria dos inimigos. Gradualmente, a elite civil compreendeu que um governo militar era indesejável, tanto por razões políticas quanto econômicas.⁴³

Assim a primeira experiência dos militares na política, a República da Espada ficou marcada por uma forte crise econômica, pelo autoritarismo dos presidentes e pela negatividade do olhar civil em relação às ações dos militares no poder. Algo que como veremos adiante (apontando para a coincidência) também acabou sendo a marca em relação ao sentimento da sociedade sobre os ocorridos durante os 21 anos de governo do movimento civil-militar de 1964.

Importante ao fazer o caminho de volta até o Império é destacar algo que se tornou idéia primordial na caserna. Os militares tendo a percepção de que são os únicos capazes de salvaguardar o país, além do sentimento de exercerem um papel preponderante na construção da nação: ações de abertura para estradas de ferro, topografia, telegrafia, transporte marítimo e depois com o surgimento da

⁴⁰ Idem, p.44.

⁴¹ SCHULZ, John. **O Exército na política**: origens da intervenção militar, 1850-1894. São Paulo: Edusp, 1994. p.202.

⁴² Primeiro governo republicano na história do país: 1889-1894. Os presidentes foram os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Foi denominada assim por ter sido um governo presidido por militares.

⁴³ SCHULZ, John. **O Exército na política**: origens da intervenção militar, 1850-1894. São Paulo: Edusp, 1994. p.204.

Aeronáutica (1941) o serviço de correio aéreo, serviço militar que civiliza e instrui os jovens, ou seja, uma série de ações de integração social exercidas pelas três armas que ratificam dentro do imaginário castrense tal sentimento de valor por parte da instituição militar.

Seriam os únicos a cultivar o sentimento de patriotismo e, além disso, é como se tivessem a salvaguarda e a prioridade no tocante a assuntos relativos a sentimento de pertença nacional. Porém isso é algo perigoso, pois tudo aquilo que desvie dos princípios e valores militares passa a ser visto como nocivo e estranho aos interesses da nação. Segundo José Murilo de Carvalho:

“Desde a Guerra do Paraguai e, sobretudo, desde a República, os militares se sentem donos absolutos do patriotismo e credores da gratidão da pátria. Deodoro inaugurou a nova fase em 15 de novembro de 1889, ao alegar, diante do visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho de Ministros, que sua participação na derrubada do ministério justificava-se pelos sofrimentos que padecera no Paraguai. Nos 20 anos em que os militares governaram discricionariamente o país, trataram como subversão da ordem quaisquer críticas às suas chefias, instituições e ações.”⁴⁴

Tal sentimento de pertença corroborou em situações limites para uma ação direta das Forças Armadas. Como será apontado neste trabalho, sob a ameaça de que a pátria estava em risco os militares intervieram e participaram ativamente dos rumos da nação.

Portanto a primeira intervenção política dos militares (capitaneada pelo Exército) foi marcada pelo malogro no campo econômico e social. Os militares se recolheram para a caserna. Porém não deixariam de ser atores principais na vida pública do país. A questão seria quando eles deixariam os quartéis novamente rumo à participação na política nacional.

⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. P.167-168.

2.2 O demiurgo Góes Monteiro⁴⁵

Dentro da construção de uma ética e de um padrão de comportamento hierárquico e de disciplina dentro do Exército, a figura de Pedro Aurélio de Góes Monteiro foi vital para a transformação e construção de uma nova ótica dentro da força terrestre. Tal ótica iria levar o Exército para um rumo cada vez mais intervencionista.⁴⁶ Nas palavras de Murilo de Carvalho:

“Como se sabe, o projeto das Forças Armadas interventoras a serviço da ordem vem da década de 1930, e é de autoria do general Góes Monteiro. A doutrina de Góes previa a eliminação da política dentro das Forças Armadas para que pudessem agir mais eficazmente como ator político. Em consequência, o Exército foi expurgado de divergentes e submetido a intensa doutrinação. Previa ainda a tutela sobre as forças políticas civis e uma política de industrialização baseada na iniciativa estatal. O Estado Novo concretizou os planos de Góes.”⁴⁷

Na década de trinta o Exército brasileiro foi levado para o centro da política brasileira em um grau que ultrapassou sua experiência em qualquer momento da história do país, desde 1890.⁴⁸ As convulsões políticas que levaram ao fim da República Velha⁴⁹ tiveram participação decisiva da força terrestre. A partir daí o Exército então poderia discorrer sobre a condição de ser uma força construtora da nação devido a sua participação no movimento revolucionário de 1930.

⁴⁵ Pedro Aurélio de Góes Monteiro (1889-1956). Chegou ao posto de General-de-divisão e foi uma das cabeças pensantes do Exército brasileiro. Um militar destacado e conhecido como o criador da política do Exército.

⁴⁶ MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.356.

⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. p.134.

⁴⁸ MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.385.

⁴⁹ Convencionou-se chamar de República Velha o período da história do país marcado pela política dos governadores, ou política do café-com-leite. Onde Minas Gerais e São Paulo se revezavam nas indicações dos presidentes da República.

O discurso que Góes Monteiro praticava não deixa dúvidas sobre isso, quando aborda sobre o papel do Exército e de sua importância na construção do país suas palavras e principalmente as suas ações, deixam bem claro o papel de primazia que deveria ocupar o Exército no direcionamento dos rumos da nação.

“[...] um órgão essencialmente político; e a ele interessa fundamentalmente, sob todos os aspectos a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividades, de produção e de existência coletiva, inclusive a construção e a educação do povo, o regime político-social, tudo enfim afeta a política militar do país[...] A política do Exército é a preparação para a guerra e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material- no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda a natureza[...]”⁵⁰

O papel do Exército teria que virar doutrina a ser aplicada. Seria a política do Exército agindo em todos os lugares, observando e vigiando, desde a educação, indústria, agricultura, comunicações, infra-estrutura e outros setores sociais. Buscando-se assim uma aplicação intensa e programada de uma política de etapas, visando um controle e disciplina do corpo social, para se evitar novas fases de distúrbios e combater os problemas existentes.

Tal disciplina e desideologização da sociedade seria o passo ideal para levar o país ao desenvolvimento econômico e o mesmo acarretaria num bem-estar social. Tudo isso construído a partir de um paradigma militar, capitaneado pelo Exército (responsável pela defesa nacional) visando o desenvolvimento da pátria.

Porém desenvolver uma postura política institucional galgada na ótica da força militar revelou-se impossível sem uma ditadura.⁵¹ Um regime onde as idéias militares pudessem ser postas em prática com o mínimo ou de preferência sem nenhum questionamento dos setores da sociedade era preciso. Mas como

⁵⁰ TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. São Paulo: Global, 1985.p.37.

⁵¹ MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.434.

instaurar um governo autoritário? Seria preciso elencar um inimigo que legitimasse a instauração de uma ditadura.

Os problemas e distúrbios sérios do período, da década de trinta tinham um inimigo declarado: o comunismo. Tal ameaça tornou-se severamente real quando em 1935 a Aliança Nacional Libertadora sob a liderança de Luís Carlos Prestes⁵² tentou, mas sem sucesso derrubar o governo de Getúlio Vargas com uma rebelião.⁵³ Rebelião essa capitaneada principalmente por militares.

Tal situação serviu de mote para que o governo Vargas instaure-se uma ditadura que duraria até 1945 no país. Com o pretexto de que a nação poderia ter sua estabilidade e ordem subvertida pelos comunistas, em setembro de 1937 eclodiu o Plano Cohen⁵⁴, revelando uma suposta ameaça comunista, onde subversivos tomariam o poder a partir de uma ação violenta e sangrenta contra as forças do Estado.

O governo utilizou-se assim desse estratagema para que não ocorressem as eleições que estavam marcadas para 1938 e pude-se decretar no país um regime de exceção, onde o presidente com o apoio das Forças Armadas poderia levar adiante um projeto de governo livre da pressão da opinião pública.

⁵² Luís Carlos Prestes (3 de janeiro 1898- 7 de março 1990) foi militar e na década de vinte participou do movimento tenentista que lutava por reformas sociais, políticas e econômicas na sociedade brasileira. Foi um dos líderes da Coluna Prestes e devido a tal coluna recebeu o apelido de cavaleiro da esperança. Acabada a coluna Prestes ingressou no Partido Comunista onde exerceu um papel de forte liderança. Para os militares anticomunistas o cavaleiro da esperança não passou de um traidor a serviço dos interesses estrangeiros.

⁵³ A revolta comunista organizada pela Aliança Nacional Libertadora foi formada por uma maioria de militares. O movimento foi rapidamente derrotado pelas forças do governo. Iniciou-se em 23 de novembro mas já no dia 27 encontrou seu fim.

⁵⁴ O Plano Cohen teve como objetivo justificar ações autoritárias por parte do governo, para proteger o país de uma suposta ameaça de insurreição por parte dos comunistas. Depois descobriu-se que o Plano Cohen não passou de uma farsa criada pelo governo de Vargas. O Plano foi redigido por Olimpio Mourão Filho, que mais tarde seria o General que sairia com as tropas de Minas Gerais e daria início às ações do movimento civil-militar que derrubou João Goulart do poder.

Assim com o Estado Novo⁵⁵ (1937-1945) e sua característica ditatorial e poderes centralizados, o Exército pode por em prática as idéias políticas de Góes Monteiro. Idéias que resultaram num ideário pautado na imposição das práticas políticas vislumbradas pelo Exército para o restante da nação. Além disso, construía-se e moldava-se dentro da caserna a concepção de uma política do Exército influenciando diretamente nos rumos do país.

O papel de Góes Monteiro foi vital para a construção de uma política militar não só influente, mas construtora de princípios de ação política. Os militares estavam imbuídos a partir de então de sua primazia no cenário político do país. O papel de coadjuvantes que ocuparam durante o Império e durante a República Velha tinha ficado para trás. As Forças Armadas passaram a desenvolver a partir do período em que Vargas esteve no poder um papel preponderante e decisivo nos rumos políticos e desenvolvimentistas do país orientando ações de desenvolvimento e principalmente dando estabilidade para o presidente Getúlio Vargas no governo.

O Exército como ator principal, via-se com condições de agir e intervir diretamente na vida política da nação. A condição de salvaguardas do país e de detentores maiores do espírito patriótico e nacionalista alimentava uma sensação de superioridade moral diante da parcela civil da sociedade. Crescia fortemente dentro das três armas um sentimento de poder de tutela por parte das três armas em relação aos civis.

Dentro do cenário conflituoso da década de trinta, o combate a ameaça comunista, segundo Góes Monteiro deveria basear-se na obediência da nação à política do Exército.⁵⁶ Buscando-se assim a partir de uma postura política institucional da força terrestre, permear toda a realidade do país no embate com as forças comunistas. O inimigo declarado tinha que ser combatido por todos. Tal visão acabou também sendo recorrente na década de sessenta por parte dos militares, que acreditavam na importância do apoio popular contra o comunismo..

⁵⁵ Foi a nomenclatura dada ao período em que Getúlio Vargas presidiu o país. O governo foi marcado por uma linha autoritária de cunho populista.

⁵⁶ TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. São Paulo: Global, 1985.p.53.

Por isso faz-se necessário ratificar a questão do anticomunismo militar⁵⁷, pois tal sentimento de ressentimento e repulsa para com as práticas comunistas, acabou aflorando nos ocorridos da década de sessenta. Tendo uma vital importância para desencadear os acontecimentos que culminaram na derrubada do presidente João Goulart. Não compreender a aversão das Forças Armadas para com as idéias comunistas debilita a compreensão das ações dos militares em 1964.

Assim a década de trinta marca como o período de construção. A construção da imagem e do papel das Forças Armadas no país e a construção do anticomunismo exacerbado dentro da caserna.

2.3 1964: A ameaça vermelha ronda a caserna

“Recife, outubro de 1930. O sargento enquadrou-se, bateu continência para o coronel no comando e lhe deu ordem de prisão. O coronel, desprendendo o coldre para entregar a arma ao sargento, falou: “O senhor fique com minha pistola, porque preso não deve ficar armado”, mas o sargento respondeu: “Coronel, o senhor pode ficar com a pistola”. Os oficiais presentes aplaudiram. O sargento pediu permissão para ao coronel detido para ordenar a troca da guarda. O coronel replicou que não estava mais no comando, que não era ninguém. Ao ouvir isso, o sargento perfilou-se e retrucou: “Para mim, o senhor é um coronel do Exército. [...] Apenas momentaneamente estamos em campos opostos”. O coronel então lhe disse para ordenar a troca da guarda.”⁵⁸

A citação acima é um exemplo importante de como a hierarquia e a disciplina são pontos vitais para as Forças Armadas. Tal situação não pode ser subestimada, pois a construção de uma ética de respeito e obediência dentro da caserna foi construída com muito esforço e levou décadas para se estabelecer enquanto norma. Ir de encontro com essa ética é o mesmo que desqualificar o imaginário do ambiente militar.

⁵⁷ A questão do ressentimento anticomunista será melhor tratada no capítulo que aborda a temática do ressentimento.

⁵⁸ MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.9.

As agitações da década de sessenta tinham como um importante pano de fundo a ameaça comunista. O cenário de embate da Guerra Fria⁵⁹ já estava traçado e o Brasil estava sob a influência política da ótica estadunidense. Nutria-se dentro de certos setores da sociedade brasileira uma aversão aos ideários comunistas. Um desses setores era o das Forças Armadas.

O quadro de agitação política no Brasil tornou-se mais agudo quando João Goulart chegou ao poder após a renúncia do presidente Jânio Quadros. No período da renúncia de Jânio, João Goulart estava em viagem diplomática na China comunista. Isso já servia para desabonar sua figura diante dos seus opositores. Muitos não queriam sua posse. Ela acabou acontecendo, mas não se deu com tranqüilidade.

Um entrevero político envolvendo os ministros militares contrários a posse, acabou resultando na adoção do sistema parlamentarista como forma de governo no país, para que assim Goulart tivesse seus poderes restritos na presidência, mas ao mesmo tempo pudesse subir ao cargo, serenando os ânimos entre os conflitantes.

O governo de João Goulart, analisado pelos militares, representava uma ameaça à ordem do país, por tratar-se de um político fácil de ser manipulado por forças que não tinham nenhum compromisso com a democracia.⁶⁰ Por tratar-se de um político fraco na ótica dos militares, João Goulart não seria capaz de controlar os seus aliados defensores de um ideário de esquerda e que visava modificações profundas na Constituição do país:

“O Exército, como estou dizendo, desde a posse de João Goulart olhava o presidente com desconfiança. Ele era tido como um elemento de esquerda. Pelo menos se dizia de esquerda, se cercava de elementos de esquerda, embora fosse um latifundiário. Era um elemento de trato fácil

⁵⁹ A Guerra Fria foi como se passou a chamar o período Pós- Segunda Guerra Mundial, onde Estados Unidos e União Soviética rivalizavam na disputa por uma maior influência em escala global.

⁶⁰ Tavares, Kleber da Silva. **A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. 2009.p.109.

com o povo, populista, porém sem ter um domínio sobre essas correntes de esquerda.”⁶¹

Dentro dessa ótica havia uma apreensão por parte dos militares de que as três armas seriam primeiramente divididas pela subversão comunista e depois substituídas por uma milícia popular. Desde que João Goulart chegou ao poder em 1961,⁶² esse temor era forte por parte dos oficiais das três armas.

Tudo isso alimentado pelo temor de que as experiências revolucionárias da China (1949) e de Cuba (1959) se repetissem no Brasil, já que nesses países o Exército regular foi desfeito e a velha ordem vigente que compunha os quadros das Forças Armadas foi perseguida, afastada ou exterminada.

Portanto estava em jogo a sobrevivência da instituição militar na ótica dos homens de farda. Havia uma parcela de militares que defendiam e estavam com João Goulart, eles formavam o famoso dispositivo militar⁶³ do presidente. Mas a partir do momento em que Goulart passou a dar apoio aos sargentos nas reivindicações da categoria por participação política e na criação de um sindicato para a classe, ele tocou em pontos muito importantes para as três armas no sentido simbólico em relação ao intrincado e complexo sistema de manutenção da hierarquia e da disciplina dentro da caserna. Ou seja, ao fazer isso Goulart enfraqueceu o apoio que tinha dentro das Forças Armadas.

A crescente politização dos praças, especialmente do grupo dos sargentos intensificou a apreensão da oficialidade diante de uma visível ameaça de quebra da hierarquia e da disciplina dentro das Forças Armadas brasileiras:

“O constrangimento cotidiano dos oficiais diante da atenção dispensada por Jango e seus chefes militares aos sargentos aparece em destaque. A barreira hierárquica que separa oficiais de praças, idealmente

⁶¹ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994, pp.214-215.

⁶² STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.p.117.

⁶³ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.p.16.

suavizada por um sentimento natural de subordinação e identificação, delimita a fronteira entre a ordem e o caos. Quando o presidente da República prestigiou os baixos escalões, ultrapassou fronteiras simbólicas extremamente perigosas.”⁶⁴

A linha ultrapassada por João Goulart desencadeou uma forte reação dentro das três armas. Prestigiar os praças não só ofendeu profundamente os oficiais, como exigiu dos mesmos uma reação, já que as Forças Armadas podem ser consideradas uma instituição total, no sentido do termo empregado por Erving Goffman⁶⁵ e o que prevalece em instituições assim é a visão construída pelos comandantes, contrariar os comandantes era ir de encontro com a ordem vigente.

Já que os valores da instituição tanto para os que comandam quanto para os que obedecem, são vistos como valores que pertencem à equipe dirigente, de forma que quando qualquer dos grupos se refere à interpretação ou aos interesses da instituição, implicitamente se referem às interpretações e aos interesses da equipe dirigente,⁶⁶ João Goulart caminhou abertamente contra os interesses dos dirigentes, dos comandantes. Caminhou assim contra as Forças Armadas ao prestigiar os praças.

Num curto espaço de tempo o presidente João Goulart tomou medidas políticas muito radicais. Em 13 de março de 1964 num comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o presidente anunciou as Reformas de Base⁶⁷. Onde elencou uma série de medidas que iam de encontro com os interesses das elites políticas e econômicas do país.

Ao atacar a Constituição no comício pelas Reformas, chamando-a de arcaica e obsoleta⁶⁸ o presidente João Goulart enfraqueceu a sua autoridade para com as Forças Armadas. Pois desqualificar a Carta Magna era ir de encontro com as leis e instituições republicanas.

⁶⁴ Idem,, p.13.

⁶⁵ MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.16.

⁶⁶ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1999.p.20.

⁶⁷ As Reformas de Base caracterizaram-se por uma série de medidas econômicas e sociais que o presidente João Goulart tentou por em prática no seu governo.

⁶⁸ Idem, p.145.

Considerando a Carta Magna ultrapassada, Goulart enfraqueceu seu próprio direito como presidente constitucional à obediência dos militares.⁶⁹ Não era mais preciso seguir a um presidente que não demonstrava respaldo e confiança para com a Constituição.

Além do que a busca do governo pelas Reformas de Base criou um clima de enfrentamento nacional. Depois do comício de 13 de março houve uma mudança na imprensa nacional do período, já que até então, antes desse dia nenhum editorial exigiu diretamente dos militares que assumissem a responsabilidade de resolver a crise.⁷⁰ Os editoriais dos jornais passaram a pedir que os militares não apoiassem as ameaças à ordem efetuadas pelo governo.

Em seu itinerário incendiário, dezessete dias depois, em 30 de março de 1964, o presidente comparecia a festa dos sargentos da polícia militar no Automóvel Club (RJ) e não só discursou em prol da categoria como permitiu que ao seu lado sentassem líderes do movimento.

O presidente Goulart deu com isso um passo sem retorno, pois até militares do seu dispositivo de defesa se sentiram ultrajados com tal atitude. “Para movimentar a opinião militar contra ele (Goulart) foi a inversão da hierarquia. Mesmo poderosos janguistas romperam com ele após o motim⁷¹ e seu discurso aos sargentos’.⁷²

Independente das animosidades que existiam contra Goulart desde antes de sua posse, o jornalista Elio Gaspari aponta que qualquer que fosse o presidente que

⁶⁹ Idem, idem.

⁷⁰ STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.p.147.

⁷¹ O episódio se refere ao 25 de março de 1964 quando um grupo de marinheiros e fuzileiros navais comemoraram publicamente o aniversário da associação. Contrariando diretamente a proibição do ministério da Marinha. Os desobedientes foram presos mas lgo foram soltos e anistiados pelo presidente João Goulart. Isso foi visto como um apoio direto por parte do presidente a sublevação dentro das três armas. Goulart atingia assim a questão da hierarquia e da disciplina dentro das Forças Armadas.

⁷² CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.152.

tomasse as atitudes que foram tomadas por ele durante o mês de março, ocorreria alguma sublevação por parte dos militares:

“Fosse qual fosse o governo, fosse qual fosse o presidente, depois de acontecimentos como a insubordinação da marujada e o discurso do Automóvel Clube, em algum lugar do Brasil haveria um levante. Por definição, esse levante não poderia ser reprimido utilizando-se tropas submetidas aos regulamentos convencionais. **Um governo que tolerava a indisciplina não deveria acreditar que seria defendido de armas na mão por militares disciplinados, obedecendo a ordens da hierarquia.**”⁷³

A crise estourou depois do discurso de João Goulart no Automóvel Club. A partir daí os ocorridos culminaram na queda do presidente, sem nenhuma resistência relevante ou digna de destaque tanto dos seus apoiadores militares quanto civis.

O fomento da indisciplina por parte de João Goulart foi crucial para motivar nas Forças Armadas as ações de intervenção. O perigo de que a ordem estabelecida dentro das três armas fosse solapada e destruída, foi uma força motriz para movimentar os militares em 1964.

Tal perigo (o comunismo) não era desconhecido dentro da caserna e já vinha povoando o imaginário dos militares desde a década de trinta. O fato de o Plano Cohen para justificar o Estado Novo ter sido inventado não significa que o comunismo não representasse uma ameaça real para as Forças Armadas. Tanto representava que foi o mote da ameaça comunista que movimentou a caserna para as ações de intervenção. Tanto em 1937 quanto principalmente em 1964:

“Barrar o movimento comunista, que se espalhava pelos diferentes setores da sociedade, inclusive dentro das Forças Armadas em 1964, representava curar uma “chaga”, que nos últimos trinta anos incomodava a memória militar. Significava fazer justiça aos que sacrificaram suas vidas quando se opuseram ao movimento deflagrado em 35 [...] Os militares de 64 conviveram em seus anos de formação profissional com essa construção contrária às idéias do comunismo, que eram insistentemente anunciadas pelos meios de comunicação como inimigas da liberdade, da fé e da ordem.”⁷⁴

⁷³ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.p.92.

⁷⁴Tavares, Kleber da Silva. **A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. 2009.pp.111-112.

A luta contra o comunismo foi um ponto vital para os militares. Derrotar a ideologia exógena e avessa aos valores da caserna representou um ponto de honra para as três armas. A guerra revolucionária que ameaçou o país estimulou as ações e sua derrota representou o cumprimento do dever, o cumprimento da missão institucional e simbólica que tanto prezam as três armas.

2.4 A doutrina de segurança nacional

Seguindo a concepção e a construção do Gal. Góes Monteiro, da importância de uma doutrina de segurança nacional para a preservação da ordem no país, os acontecidos que culminaram no 31 de março de 1964, também tiveram uma doutrina, ou seja, as Forças Armadas tinham um ideário para abalizar suas ações e legitimar qualquer tipo de tomada de atitude referente ao que pudesse ameaçar as instituições republicanas do país.

Na doutrina de segurança nacional aplicada em 1964 o inimigo principal continuava sendo o comunismo. A doutrina foi desenvolvida e ensinada de maneira operacional a partir da criação da Escola Superior de Guerra, que foi criada no dia 20 de agosto de 1949.

Inspirada de maneira direta na National War College⁷⁵ representou a influência americana dentro das Forças Armadas brasileiras. Influência aprofundada a partir da participação do país na Segunda Guerra Mundial com a Força Expedicionária Brasileira. Os militares da FEB se admiraram do profissionalismo e do nível de desenvolvimento das Forças Armadas estadunidenses.

O corpo teórico da doutrina de segurança nacional não pode ser confundido com um projeto para a aplicação *ipsis litteris* no poder. A doutrina teve como norte orientar as ações das Forças Armadas e dos civis que estudavam na ESG e apontar os males, os problemas a serem combatidos no país. Era preciso

⁷⁵ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS. ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. **Manual Básico**: 1977-1978. Rio de Janeiro, 1977.p.10.

desenvolver o país e barrar a ameaça que o comunismo representava para a nação.

A Escola Superior de Guerra foi o ponto de produção da doutrina de segurança nacional e de disseminação das idéias referentes a mesma. Muito antes dos acontecidos cruciais que levaram ao 31 de março de 1964 a ESG já executava o seu proselitismo. Segundo a professora Maria Alves:

“Uma análise dos manuais da ESG, em especial o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, é instrumento importante para compreendermos a Doutrina de Segurança Nacional [...] dada sua relevância no treinamento profissional e ideológico tanto dos militares brasileiros de alta patente quanto os altos tecnocratas da burocracia de Estado [...] A ESG influenciou os currículos de outras escolas militares brasileiras.”⁷⁶

Portanto a Escola Superior de Guerra teve no Brasil o papel de centro instrutor e educador de uma elite política, militar e financeira. Uma formação que teve como norte a política anticomunista e a ratificação constante de que o país estava em conflito e ameaçado pela influência soviética em certos setores da sociedade, inclusive nas Forças Armadas.

A professora Maria Alves apresenta de forma direta os alicerces da Doutrina de Segurança Nacional: “A Doutrina de Segurança Nacional começa com uma teoria de guerra. [...] A teoria da guerra total baseia-se na estratégia militar da Guerra Fria, que define a guerra moderna como total e absoluta [...]”⁷⁷.

A guerra em questão para ser combatida seria a guerra revolucionária. Tal guerra era classificada como um conflito interno geralmente inspirado em uma ideologia e ou com auxílio do exterior, (União Soviética ou Cuba) visando à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da nação.⁷⁸

⁷⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 34.

⁷⁷ *Idem*, p. 36.

⁷⁸ *Idem*, p. 241.

O grande alarde que se fez sobre a guerra revolucionária é que ela se utilizava não só de armas para chegar ao poder, mas também de meios psicológicos para ganhar seguidores para sua causa. Por isso o controle deveria alcançar todos os níveis, todos os setores da sociedade, e a própria sociedade deveria participar do combate, como já havia proposto Góes Monteiro na década de trinta.

Não necessariamente se tratava, portanto de um conflito armado direto. Era um conflito que também se dava a partir do discurso, no campo das idéias. Por tanto tudo que era voltado para o ideário de esquerda ou mesmo que não de esquerda, mas que fosse contestador era tido como material ou propaganda subversiva. Sendo assim o combate era incruento e atingia a toda a sociedade sob o conceito de segurança nacional.

“O conceito de segurança nacional torna-se muito operacional desde o momento em que se define o inimigo. A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível”⁷⁹

No objetivo de racionalizar e de controlar tudo, as ações executadas em nome da segurança nacional acabaram representando um perigo não só para os opositores, mas para qualquer tipo de manifestação contrária ao regime, já que as forças repressoras do governo (as Forças Armadas) entendiam que as ações de protesto representavam um desacordo perigoso e precisavam ser combatidas.

Portanto a doutrina de segurança nacional servia como uma concepção construtora de uma operacionalidade de defesa para o país. O inimigo (as idéias comunistas) precisava ser extirpado do seio social. Imbuídos do sentimento de dever, as Forças Armadas então movimentaram-se para o conflito direto contra a ameaça comunista que estava solapando a ordem e a estabilidade do país devido as ações executadas por João Goulart e seus aliados.

⁷⁹ COMBLIN, Joseph. **Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p.55.

Assim a doutrina ratificava que os militares tinham respaldo e capacidade para operar diretamente nas ações políticas do país. Não só no sentido de defesa do território, mas também nas ações políticas de governo. Defender a nação em todos os níveis e aplicar a política do Exército para que a política externa à caserna não solapasse os valores das três armas.

Tal defesa alicerçada nas ações doutrinárias que (que floresceram com Góes Monteiro) se pautam por uma política do Exército, ou seja, a partir de um olhar e concepção militar para ser aplicado na sociedade para controlar e direcionar a mesma,⁸⁰ por se entenderem os militares superiores aos civis em questões relacionadas a patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral,⁸¹ representou a ação prática do ideário da caserna para resolver os problemas do país na década de sessenta.

O que adveio disso foram 21 anos de governo, onde a busca incessante em se combater as ações de esquerda, levou o país a um enfrentamento interno. A utopia comunista chocou-se com a utopia da ordem, A utopia da ordem saiu-se vencedora no embate, mas os traumas advindos da guerra mostram que só houve perdedores.

⁸⁰ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo:** a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. p.18.

⁸¹ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe:** a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.9.

3 DEPOIMENTOS: A DEFESA DO EXERCÍCIO DO PODER

“Mas era uma revolução que não aceitava aquele estado de coisas anterior. Não aceitava.”

General Carlos de Meira Mattos

“Ou se partia para um 64 ou se caía num pandemônio.”

General Deoclecio L. de Siqueira

“Nossa posição era a de ir até o fim. Nós íamos consertar este país. Na marra. Estão me perguntando, eu estou respondendo. [...] Durasse o que durasse. Quarenta anos, cinqüenta anos, cem anos, íamos consertar este país.”

Coronel Cyro Guedes Etchegoyen.

“Só quem cumpre missão nesse país e tem amor à missão são as Forças Armadas. Queiram ou não queiram ouvir, esta é a realidade. Que fique registrado: só quem cumpre missão nesse país e tem amor pela missão são as Forças Armadas... Nós fomos jogados porque os únicos que podiam neutralizar aqueles bandidos da história brasileira éramos nós. Que, aliás, somos feitos pra isso.”

General Leônidas Pires Gonçalves

Os trechos destacados neste capítulo têm como importância apontar pontos nevrálgicos abordados pelos militares em suas entrevistas. Pontos que legitimam e defendem as ações perpetradas pelos homens de farda antes e durante o exercício do poder.

Dentro das falas destaca-se claramente a defesa das Forças Armadas. Os militares se referem ao movimento civil-militar de 1964 como uma revolução originada para proteger o país do golpe de esquerda que estava sendo liderado pelo presidente João Goulart e seus aliados. Assim as três armas agiram para preservar a instituição militar e defender as instituições republicanas da ameaça comunista que estava instalada no governo de Goulart.

Os depoimentos dos Generais Gustavo Rego e Carlos Alberto da Fontoura respectivamente apontam que as ações de 1964 foram reativas as ações da esquerda. As Forças Armadas então teriam reagido para se defender do perigo iminente: “uma contra-revolução preventiva face ao quadro de perturbação da ordem, de comprometimento da disciplina e da hierarquia e, principalmente, de deterioração do governo e de sua autoridade legal.”⁸² É assim que define as ações que culminaram no 31 de março o Gal. Gustavo Rego, e é acompanhado pelo colega de farda o Gal. Carlos A. da Fontoura:

“Foi um contragolpe. Eles estavam dando o golpe, e nós fizemos o contragolpe, sem preparação [...] Foi a virada que o país estava dando para a esquerda. A ameaça comunista, populista, sindicalista. Ameaça mista, esquerdista. E a prova de que nós estávamos com a razão é que o comunismo acabou, implodiu. Nem foi derrubado, nem foi derrotado, não foi nada. Implodiu. Caiu como castelo de areia.”⁸³

O Gal. Antonio Bandeira é categórico também ao definir a revolução como uma ação para deter o movimento esquerdista, que visava levar o país para um rumo voltado a orientação comunizante, seguindo a opinião recorrente dos outros militares:

“Defino como contra-revolução. Ele só foi desencadeado quando nós tivemos convicção [...] de que havia em marcha um movimento de esquerda que deveria eclodir a qualquer momento. Principalmente depois que houve a Central do Brasil, houve a revolta dos marinheiros e

⁸² CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.p.38.

⁸³ Idem,p.207.

o Automóvel Club. Aí era irreversível. A revolução deles estava na rua[...]"⁸⁴

Já para o Gal. Adyr Fiúza, mesmo se utilizando do termo revolução para definir o movimento de 1964, deixa claro que não gosta do mesmo, pois não ocorreram mudanças profundas em relação às elites que estavam no poder. Na opinião dele:

“Mas então, eclodiu o movimento revolucionário. Não gosto de chamar de revolução, porque não foi uma revolução na acepção da palavra. Não foi porque não mudou as elites. Afastou parte da elite política, que aos poucos retornou e ora domina o país. Mas a elite econômica e jurídica, toda ela permaneceu. Não houve de fato uma revolução. O movimento militar **revolucionário** que eclodiu em Minas foi uma surpresa para todo mundo.”⁸⁵

Interessante é perceber que mesmo não acreditando no movimento de 1964 enquanto uma revolução, o general se refere a ela como “movimento revolucionário”. Isso não é gratuito, pois os que combateram e combatem o regime que se instaurou no país em 1964, apontam sem pestanejar, o movimento como um golpe militar, um regime violento e autoritário, que chegou ao poder de maneira arbitrária e antidemocrática. Construindo assim uma imagem extremamente negativa do período de 21 anos de poder do movimento civil-militar. Associando o regime a todo o tipo de desmando e truculência.

Por isso utilizar o termo revolução se faz importante na ótica militar, pois é o mesmo que defender o movimento, que deve ser compreendido como um governo que serviu para defender as instituições republicanas e a ordem social no país, e não como um mero golpe militar que subiu ao poder para massacrar o povo e atender aos interesses econômicos de uma elite nacional mancomunada com o capital estrangeiro. Utilizar o termo revolução é fugir da depreciação que o termo golpe inculca ao movimento.

⁸⁴ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994.p.224.

⁸⁵ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.p.160. Grifo meu.

Assim para os homens da caserna suas ações se legitimariam no sentido de que estavam cumprindo a missão institucional de proteger o país, de salvaguardar as instituições e preservar a ordem. Combater o comunismo era uma função primordial a ser cumprida e deveria ser efetuada não só para defender a nação, mas para manter a integridade das Forças Armadas.

Portanto o choque entre conceituar o movimento civil-militar de 1964 como uma revolução ou um golpe, reflete o enfrentamento na maneira de lidar com a memória do período. A utilização de um ou outro termo demonstra uma forma de posicionar-se politicamente sobre os acontecidos.

Os opositores se dirigem ao movimento como golpe, anos de chumbo ou a longa noite dos generais. Já os militares que participaram do período, crentes de que praticaram uma ação protetora para o país se vêem como homens que participaram de uma revolução salvadora e por ser uma revolução tinha o direito e o dever de impor limitações para conter os inimigos:

“[...] era um governo revolucionário. Vocês querem um governo revolucionário que não tenha limitações? Tem. Era um governo revolucionário, e o governo nunca procurou desmentir que era revolucionário.”⁸⁶

“Se você faz uma revolução, tem que sobreviver. Não pode fazer uma revolução e deixar cair a bandeira. A Revolução Francesa não podia deixar Luís XVI com todos os seus nobres, seus duques e barões, todos mandando. Não pode. Tem que mandar embora. Matar ou mandar embora. Senão você não governa. Em todas as revoluções é assim. A Revolução Russa acabou com o Nicolau II e com sua família, e a nobreza toda teve que ir embora. A cassação⁸⁷ é uma consequência da necessidade de se manter no poder. Porque você fez a revolução, conquistou o poder, e aí vem o terceiro problema: manter-se no poder. Para se manter no poder, precisa neutralizar aqueles que querem derrubá-lo. No momento crítico da revolução, em que a coisa é instável, você não pode ir com muita delicadeza nem com muita mesura. É um problema de sustentação numa hora crítica, numa hora de pancadaria.

⁸⁶ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994 p.107.

⁸⁷ O Gal. Carlos M. Mattos respondia sobre a utilização do recurso da cassação política por parte do governo do movimento civil-militar como forma de agir contra os que eram considerados inimigos do regime.

Aqui decidiu-se pela cassação. Outras revoluções decidiram pelo enforcamento. Outras, pela guilhotina.”⁸⁸

Portanto tratar o movimento civil-militar como uma revolução é uma forma de defender o movimento, apontando que ele chegou ao poder num momento em que o país rumava para o caos e ameaçado de sofrer um golpe da esquerda. (O outro lado é que é apontado enquanto golpista e solapador da ordem.) Era preciso agir de forma contundente e transformadora para poder mudar o estado de incertezas que tomava conta da nação. Foi isso que fizeram os militares respaldados pelo ideário da caserna e com o apoio de uma parcela da população.

3.1 A fraqueza de João Goulart e a ameaça da quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas:

Fica evidente dentro dos depoimentos que a ameaça comunista acompanhada de um temor da quebra da hierarquia e da disciplina dentro das Forças Armadas agiram como fatores preponderantes para a participação militar no movimento que derrubou o presidente João Goulart.

Interessante é apontar que em certas falas aparece a idéia de que, se talvez o presidente João Goulart não tivesse estimulado o enfrentamento dentro das Forças Armadas, ele poderia ter terminado o seu governo.⁸⁹ Acontece que “se” não faz história.

“Se a coisa não tivesse atingido as Forças Armadas, os militares teriam agüentado. Mas aquele episódio dos sargentos desequilibrou. A instituição tinha que se defender. Foram realmente a infiltração comunista e a subversão e indisciplina nas Forças Armadas que, inclusive, amedrontaram o ambiente civil e o meio empresarial. É inegável que no clímax a classe média se mobilizou nas ruas, na imprensa e em outros meios de comunicação [...] Aquilo ali, se ficasse na área política e se não envolvesse e questionasse a parte militar, não ia chegar a comprometer. Porque a nossa vocação é legalista.”⁹⁰

⁸⁸ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe:** a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.p.113.

⁸⁹ Idem, p.12.

⁹⁰ Idem, pp.46-47.

“[...] É claro que se ele tivesse tido um pouco mais de habilidade política, terminaria o mandato. Mas ele estava certo de que o dispositivo militar do governo era forte, [...] O João Goulart poderia ter ficado, porque eu não acredito que se não houvesse um pretexto de fato grande, houvesse o movimento. [...] Mas o João Goulart estava dando (pretextos) um atrás do outro.”⁹¹

Nos depoimentos, o ex-presidente é sempre tratado como um homem vacilante, fraco e despreparado para o cargo.⁹² Alguém comprometido com a esquerda, e que no poder iria representar uma ameaça direta para a nação e para a existência das Forças Armadas também. Segue alguns trechos de depoimentos que versam sobre isso:

“O presidente era o Jango. Jango nunca poderia ter sido nem vereador de Parati. Coitada de Parati, de que tanto gosto. E vínhamos de um péssimo exemplo, que era o do presidente que tinha saído. Porque o Jânio foi uma decepção. Votei nele com convicção e me decepcionei em poucos meses. Aquelas medidas de proibir briga de galo, ora, isso não é preocupação de um presidente da República! Pelo amor de Deus!”⁹³

“Nós tínhamos a preocupação de preservar o regime democrático. Tínhamos receio de que o Jango, sendo um homem fraco, fosse levado por seus assessores imediatos, quase em sua maioria homens de esquerda, a conduzir o país para uma república sindicalista e, num segundo lance, para uma república comunista. [...] A impressão que tenho de Goulart é de que foi um homem muito fraco; um homem que não comandava as ações. Ele deixava que seu staff se conduzisse para fatos consumados. E isso era nossa maior preocupação. Sabíamos que ele estava cercado, em sua maioria, por elementos de esquerda, que poderiam levar a uma situação dessa e dar um golpe de Estado.”⁹⁴

“Conversei com o Jango, e o Jango não era homem de briga. Sob certos ângulos, foi até um homem injustiçado. [...] Ele não era nada, nada, nem marxista. Não era coisa nenhuma. O que ele sabia fazer era comprar gado. Era só essa a preocupação dele. Comprar fazendas no Mato Grosso era isso que ele sabia.”⁹⁵

A fraqueza e inépcia de Goulart, na visão dos militares formaram os pontos determinantes para que o país entrasse no estado de conflito social a que chegou

⁹¹ Idem, pp.161-163-164.

⁹² Idem,p.11.

⁹³ Idem,pp.189-190.

⁹⁴ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo:** a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.219.

⁹⁵ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe:** a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.p.195.

em 1964. Ao levar adiante os interesses da esquerda o presidente desagradou os grupos conservadores da sociedade. Criando assim o clima de enfrentamento.

Os apontamentos continuam para a questão do fomento a indisciplina nas Forças Armadas e a fraqueza política do ex-presidente João Goulart. Tal situação acabou se tornando desencadeadora da reação dentro das Forças Armadas. O cenário de caos e instabilidade que tomava conta do país estava atingindo diretamente a caserna.

“O grande erro do Jango foi deixar haver a infiltração e a expansão da subversão, do comunismo, ou do que seja dentro das Forças Armadas. Foi uma ruptura da disciplina e da hierarquia. Aí, então, as Forças Armadas acabam. [...] Então, realmente, houve essa visão, essa percepção de que o processo de deterioração das Forças Armadas estava num nível intolerável e num comprometimento que as levaria à destruição. Essa visão generalizou-se até no meio civil depois da reunião dos sargentos no Automóvel Club⁹⁶ com a participação de Jango e dos ministros.”⁹⁷

“João Goulart, politicamente, se suicidou. Porque sabendo a dimensão da reação contra ele, ele fez numa mesma semana o comício da Central do Brasil⁹⁸, fez o comício do Automóvel Club, apoiou a revolução do cabo Anselmo⁹⁹ na Marinha, quer dizer, numa mesma semana ele fez tudo isso. [...] O comício do Automóvel Club era uma confrontação do princípio de hierarquia das Forças Armadas. Era um comício de sargentos para apoiar o presidente da República”¹⁰⁰

“... foi o problema do fomento à indisciplina nas Forças Armadas... Foi a gota d água, acredito. Para quem vive em ambiente militar e conhece os fatos históricos em outros países[...] Parecia que ia subverter completamente a hierarquia militar e a hierarquia republicana, Esse foi o problema. Isso é que precipitou as coisas.”¹⁰¹

⁹⁶ Episódio Ocorrido no Automóvel Club, onde o presidente compareceu a uma festa para sargentos e discursou em apoio a categoria. Batendo assim de frente com os interesses dos oficiais, e principalmente. Atingiu a questão da hierarquia e da disciplina dentro das Forças Armadas.

⁹⁷ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.pp.50-51.

⁹⁸ O comício que marcou a defesa das Reformas de Base. Tal comício foi realizado em frente ao prédio onde se situava o Ministério da Guerra. Tal atitude foi considerada uma provocação.

⁹⁹ José Anselmo dos Santos ou Cabo Anselmo foi um ex-militar da Marinha, que liderou uma manifestação de cabos e sargentos. Depois se descobriu que ele era um agente infiltrado. Devido a suas ações de delação, vários integrantes de esquerda foram capturados ou assassinados pelas forças de repressão. Acontece que o mesmo nega veementemente que tenha sido um agente infiltrado.

¹⁰⁰ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.pp.103-107.

¹⁰¹ Idem,p.142.

As atitudes de João Goulart na presidência foram radicais, nos discursos, nas ações públicas e em tomadas de decisões sobre leis importantes. Alimentando assim um cenário de confronto entre os grupos rivais da sociedade. Suas aparições públicas nos idos de março acabaram tornando mais aguda a situação de conflito, que já estava latente no país:

“Vejam o seguinte: primeiro, o Jango cometeu um erro grave. Ele foi ao Automóvel Club e levou o cabo Anselmo para sentar a seu lado. Aí ele demonstrou a quebra da hierarquia. Para os militares a hierarquia e a disciplina são sagradas. Quando ele levou o cabo Anselmo junto com ele, cometeu um erro fatal.”¹⁰²

Assim as ações incendiárias de Goulart seus discursos e iniciativas políticas causaram um clima de desconforto e enfrentamento no país. Suas atitudes acabaram expondo que o país caminhava para o enfrentamento interno caso ele continuasse no poder. Enfrentamento esse que já havia chegado à caserna e criava um clima de desagregação e ansiedade dentro do círculo militar. Por isso os militares precisaram agir no sentido de preservar a instituição Forças Armadas e o chamamento da sociedade também exerceu um fator importante para as ações dos militares.

3.2 A ausência de projeto

Apontados os trechos que falam sobre a inépcia de Jango e sobre o temor da quebra da hierarquia e da disciplina, um ponto importante e até curioso é a questão da ausência de um projeto inicial para ser posto em prática, logo após a derrubada do governo de João Goulart em 1964.

Dentro dos depoimentos a questão da não existência de um projeto altamente desenvolvido para ser aplicado logo após a tomada do poder, aparece nas falas de cinco dos treze entrevistados. Mostrando que na ótica deles a motivação inicial foi preservar as Forças Armadas das investidas comunistas e a preservação do

¹⁰² Idem,p.198.

país diante da ameaça de uma guinada à esquerda no campo político-social-econômico.

Não havia um ideário pronto e planejado para ser posto em prática no tocante a questões de governo visando economia, sociedade e infra-estrutura. O que existiu foi um ideário de cunho militar voltado para a defesa do país contra a ameaça comunista. Mas nada parecido com um programa de governo que já viesse sendo planejado, maturado há algum tempo.

Qualquer tipo de articulação a respeito quando feita, era exercida por um grupo pequeno e seletivo dentro das Forças Armadas e em conluio com civis¹⁰³. Não tendo assim um realce amplo dentro das três armas:

“Nenhum. Porque a Revolução não tinha projeto. É pura verdade, sem dúvida. A Revolução foi feita simplesmente para evitar que o Jango Fizesse o que queria fazer. Tanto que houve inicialmente muita tendência para a colocação de quem era uma contra-revolução... Aliás, os últimos e talvez únicos propósitos e princípios que asseguravam a nossa coesão eram os da preservação da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas e da paz social face às ameaças iminentes da ação subversiva comunista.”¹⁰⁴

“O pensamento era tirar o João Goulart, mais nada. O que fazer depois era uma coisa que não foi bem estudada [...] as Forças Armadas queriam derrubar o João Goulart, mas não sabiam muito bem o que fazer depois.”¹⁰⁵

“Era só afastar o governo. Não havia um projeto. Nós não estávamos em condições de elaborar um projeto político para o Brasil. Pelo menos, eu nunca vi isso. Não foi escrito, nem debatido sequer. Já o grupo intelectual tinha um projeto.”¹⁰⁶

“Olha, plano de governo eu nunca vi. O problema era tirar o homem, mudar o governo, pôr um homem decente na presidência, e ele, com gente escolhida, faria um plano para tocar o país. [...] Nós ficamos satisfeitos com a designação do Castelo Branco.”¹⁰⁷

¹⁰³ DREIFUS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.p.363.

¹⁰⁴ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.pp.59-60.

¹⁰⁵ Idem, pp.108-109.

¹⁰⁶ Idem, pp.159-160.

¹⁰⁷ Idem, p.191.

Tais apontamentos mantêm a percepção de que um dos pontos cruciais que desencadeou a participação militar foi a ameaça comunista não só para a sociedade civil, mas principalmente para as Forças Armadas. Isso catalisou os interesses dentro da caserna, unindo até os que se viam enquanto rivais. A ameaça precisava ser detida, combatida já que o país enfrentava uma guerra interna, tal situação precisava de enfrentamento direto.

O que fazer depois no poder seria outra coisa, para ser planejada e executada. Entrando aí o grupo civil que participou e daria sustentação e apoio ao regime. Até mesmo por que a linha doutrinária executada pela Escola Superior de Guerra apesar de versar sobre objetivos nacionais e como caminhar rumo ao desenvolvimento do país, flertava muito mais para a aplicação do combate do inimigo interno (comunismo).

3.3 A Guerra intestina

Dentro dos depoimentos a idéia de que o país estava enfrentando uma guerra intestina é crucial para apontar o porquê das ações das Forças Armadas no sentido de reprimir os subversivos. Os militares acusam os grupos de esquerda de terem começado os confrontos armados (Destacam a figura de Fernando Gabeira¹⁰⁸ como o responsável pelo início do enfrentamento armado no país) e passado o regime não assumem tal fato.

Imbuídos da missão de proteger a nação, os militares justificam e legitimam as ações de combate aos grupos guerrilheiros, afirmando que as mesmas foram feitas com o intuito de proteger o país, e que só foram necessárias pelo fato de que os grupos de esquerda iniciaram a luta armada.

¹⁰⁸ Fernando Paulo Nagle Gabeira foi durante a época do movimento civil-militar um integrante da luta armada para derrubar o regime. Integrou o Movimento Revolucionário 8 de outubro e participou da ação de seqüestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick em setembro de 1969. Ação essa considerada pelos militares como ação de guerra subversiva e que deu início aos conflitos armados no país.

Segue abaixo alguns trechos de depoimentos que tratam sobre a questão de que o país vivia uma guerra interna e que foi iniciada pelos opositores do governo:

“No fundo, no fundo, é como eu digo: quem começou essa história foi “seu” Gabeira. [...] **Nós estávamos numa guerra**. E eu pergunto aos senhores, para não ir mais longe, **para não ir a 1935**: quem começou a chamada “guerra suja”? Porque realmente a guerra foi suja [...] foi suja mesmo, porque matavam a torto e a direito. [...] Lembro-me exatamente, foi no dia 4 de setembro de 1969. A Junta estava reunida- eu estava no meu lugar [...] quando meu ajudante-de-ordens, o capitão Carus, chegou e me deu um bilhete: “Acaba de ser seqüestrado o embaixador americano [...] Quem começou a luta? Já disse aqui: foi o Gabeira. Para não ir mais longe, para não ir ao **Prestes**. Quem começou a luta foi o Gabeira. Desencadeada a luta, tem que morrer gente dos dois lados [...] E se as guerrilhas tivessem tomado conta, teríamos tido uma guerra tremenda nos quatro cantos do país [...]”¹⁰⁹

“[...] a esquerda estava com a iniciativa. Foi ela que tomou a iniciativa. O Exército estava cuidando dos seus afazeres profissionais. Aos poucos, porém, foi se adequando para essa ameaça que estava se formando contra ele.”¹¹⁰

“A subversão nos levou a isso. Somos uma consequência da subversão. A repressão é uma consequência da subversão. Jamais podemos esquecer disso. Foi a subversão que criou a repressão. Eles iniciaram tudo com aqueles atos, que todos conhecemos muito bem, de assassinato, de roubo e de rapto- não se conhecia isso antes- desmoralizaram o Brasil raptando embaixadores de países amigos.”¹¹¹

“A partir de 1968, o surto das atividades clandestinas e os mais expressivos e violentos atentados a bomba, assaltos a bancos, a guerrilha do Caparaó, seqüestros de aviões e de embaixadores, assassinatos de oficiais estrangeiros, tudo isso gerou um compreensivo inconformismo na área radical das Forças Armadas, estimulada por políticos também radicais.”¹¹²

Os trechos acima apontam para uma concepção de que a luta armada no país iniciou-se com os atos dos grupos de esquerda, o Exército apenas cumpriu sua missão constitucional. Seguindo a concepção de autodefesa e defesa das instituições do país, o Gal. Carlos Mattos é contundente nesse ponto: “Então, qual é o direito de alguém que parte para a agressão armada exigir depois que o outro

¹⁰⁹ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. pp.83-97-98-99. Grifo meu.

¹¹⁰ Idem, p.166.

¹¹¹ Idem, p.244.

¹¹² Idem, p.151.

lhe trate a pão-de-ló?”¹¹³ O direito de defesa por parte de um governo é legítimo e deve ser exercido. Ainda nas palavras do Gal. Carlos Mattos:

“Todos os fatos que aconteceram no governo militar são interpretados só pelo lado negativo. Ninguém interpreta que qualquer governo se defende. Qualquer governo. Não precisa ser militar. Monte uma guerrilha contra o Itamar¹¹⁴ para ver o que ele vai fazer. Entretanto não se vê uma palavra dizendo: “bom, mas quem provocou a guerrilha?” **Então, qual deveria ser o papel do governo? Cair, por causa da guerrilha? O governo não tem direito de se defender?** Essa é uma distorção da imprensa brasileira e de uma grande parte dos políticos brasileiros. **E a distorção cria a versão.**”¹¹⁵

Portanto ao optar pela luta armada como forma de enfrentar o governo, os grupos de esquerda¹¹⁶ sabiam que haveria a contra-resposta aos seus atos. O objetivo de derrubar o governo não seria visto de maneira leniente por parte do regime:

“Agora vêm reclamar pela imprensa, porque queriam que os mortos da guerrilha de Xambioá¹¹⁷ fossem trazidos em cortejo fúnebre, num avião Boeing, com escolta, e fossem enterrados num mausoléu no São João Batista. Mas como!? Então se faz isso com subversivo? Morreu, enterra ali mesmo. É lógico! Eu não estava lá, mas, se fosse comandante, teria dado essa mesma ordem. Morreu? Enterra aí mesmo, para não deixar insepulto. Ora! O que é isso!? Queriam que os trouxessem com pétalas de rosa? E para sepultar no São João Batista, no mausoléu dos heróis . . . **comunistas!**? Não. Não há razão para isso... Quem vai se lembrar agora no meio da floresta amazônica, onde está o João, o Pedro, a Maria, o Antônio ou o José? Não é possível pensar numa coisa dessa. Não entra na cabeça de ninguém! **É uma provocação.** Como vão achar na floresta amazônica cinqüenta, sessenta ou cem mortos? Não vão achar. A não ser que alguém que esteja vivo se lembre, vá lá e encontre o lugar, Porque deve estar tudo modificado. A natureza, sobretudo na floresta, se modifica a cada passo, a cada ano, a cada década.”¹¹⁸

¹¹³ Idem, pp.106.107.

¹¹⁴ Itamar Franco foi presidente da República de 1992 até 1994. Período em que as entrevistas foram concedidas.

¹¹⁵ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo:** a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.107. Grifo meu.

¹¹⁶ Não foram todos os grupos de esquerda que durante o período do movimento civil-militar optaram pela via armada como forma de combater o regime, portanto não pode-se compreender que pegar em armas para derrubar o regime foi uma opção de todos os grupos de oposição ao governo.

¹¹⁷ Guerrilha do Araguaia.

¹¹⁸ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo:** a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. pp.87-88. Grifo meu.

O enfrentamento iniciado pelas forças subversivas, simplesmente necessitava ser combatido: “e o Brasil não quer se convencer que vivíamos uma Guerra Fria. Uma guerra. Seqüestravam embaixadores, matavam pessoas. Morreram muitos.”¹¹⁹ Tal cenário de anomia deveria ser combatido, e o papel institucional das Forças Armadas legitimava o combate ao que era tido como desordem e ataque as instituições. O combate viria não só pelo papel institucional, mas pelo fato de que a revolução deveria prevalecer diante dos seus opositores.

O estado de guerra justificava as ações postas em prática. Combater o inimigo era a ordem do dia. Ingenuidade seria pensar que as Forças Armadas não fariam fazer valer o seu papel. A perspectiva e o olhar bélico sobre o período são explícitos por parte dos militares em seus depoimentos:

“Agora, tem que ser visto que era uma guerra. Guerra não de trincheira, porque esta nem existe mais. Toda ação em que dois inimigos se digladiam à morte é guerra. E na guerra não se pode lamentar as conseqüências [...]Então você quer entrar numa guerra, bancar o heroizinho, e não quer nenhuma conseqüência para o seu lado? E a conseqüência pode ser até a morte.[...] Culpado foi quem iniciou a guerra. E quem inicia tem que arcar com a responsabilidade.[...] Você entrou numa guerra e não quer arcar com responsabilidade nenhuma!”¹²⁰

Acontece que dentro dessa discussão não pode ficar de lado a versão dos grupos que combateram o regime. Debitar na conta dos grupos de esquerda toda a responsabilidade pelos conflitos é um estratagema compreensível, no sentido de preservação da imagem das três armas, porém não aceitável, já que a história não se constrói com apenas uma visão. O jornalista Elio Gaspari em seu livro: A Ditadura Envergonhada aponta para o fato de que:

“O terrorismo político entrou na política brasileira na década de 60 pelas mãos da direita. Antes mesmo da deposição de João Goulart, e sem nenhuma relação direta com as conspirações para derrubá-lo, militantes da extrema direita e oficiais do Exército atacaram a tiros o Congresso da UNE¹²¹ que se realizava em julho de 1962 no hotel Quitandinha, em Petrópolis. Dois automóveis dispararam contra estudantes que estavam

¹¹⁹ Idem, p.122.

¹²⁰ Idem, pp.247-248.

¹²¹ União Nacional dos Estudantes

nos jardins, ferindo dois deles. A operação foi creditada ao Movimento Anti-Comunista, o MAC, e dela participou um major do Exército.”¹²²

A questão sobre qual dos lados teria começado com as hostilidades, é mais um ponto de divergência e transferência de responsabilidades dentro do lidar sobre os acontecidos no Brasil durante a década de sessenta em diante. Os militares culpam a esquerda e a esquerda culpa os militares pelo início das violências, causando assim um impasse devido às versões divergentes.

Tal divergência é um dos pontos geradores do ressentimento entre os dois lados que combateram no passado e ainda combatem nos dias de hoje. Um combate na atualidade sobre qual memória, sobre qual “verdade” irá prevalecer sobre o período. Acontece que independente de quem iniciou a contenda é que o enfrentamento causou perdas de ambas as partes. Ambos os lados choram os seus mortos e expõem a violência e intransigência dos opositores. Perpetuando assim a constelação do ressentimento.

3.4 A repressão

A questão da repressão aos grupos de esquerda remete ao ponto mais doloroso para as Forças Armadas, já que suscita a questão da tortura e violência contra os opositores do regime. As três armas são acusadas até hoje pelas torturas e todo o tipo de violência empregada contra os opositores.

Tal acusação baseia-se na idéia de que o governo mesmo que de maneira velada, instituiu a prática desmoralizante do prisioneiro como norma para lidar com os subversivos capturados ou com os somente suspeitos de participação em atos anti-regime.

Dentro das falas os militares são categóricos em negar a tortura como uma prática institucional. Nega-se veementemente que isso tenha acontecido. Aceita-se que ocorreram desvios de conduta mas em nenhum momento admite-se que

¹²² GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.p.251.

os altos escalões do governo, ou que, os comandantes dos órgãos repressivos colaboraram ou incentivaram a tortura, e mesmo que tenha ocorrido omissão dentro da cadeia de comando, não se permite por parte dos depoentes que se propague a idéia das Forças Armadas disseminando a prática da tortura dentro dos órgãos que combateram os inimigos do regime.

O Gal. José Luiz C. Netto diferente dos demais foi explícito afirmando que nunca houve tortura: “Nunca houve tortura. Nunca. Nem precisa [...] Exigíamos que fosse dado ao preso o mesmo tratamento que recebe o prisioneiro de guerra.”¹²³ Em nenhum momento admitiu a existência da tortura e principalmente a prática institucionalizada da mesma.

Nos outros depoimentos, como já foi dito, a conduta é mais serena ao negar a tortura como prática institucional e admiti-la como um desvio de conduta por parte do agente repressor que na cadeia de comando tinha o contato direto com o prisioneiro:

“Então, é muito difícil impedir o sujeito de fazer determinada coisa. Muitos fatos podem ser usados, não como justificativa, para explicar por que houve alguma coisa errada. Normalmente, os militares não são desse tipo. Isso eu posso assegurar. São pessoas comuns, que gostam de ter amigo, que cultivam a camaradagem. Não são de querer torturar pessoas.”¹²⁴

“[...] mas o governo tem uma posição institucional: é contra esse tipo de coisa. Nunca estimulou nem um milímetro. E todos os caras que ele apurou como praticantes de tortura foram postos na cadeia... Fora disso, o governo não pode fazer outra coisa. Não pode reconhecer algo que não autorizou.”¹²⁵

“Espera aí. Nessas coisas, temos que procurar a verdade. E tem que ser uma coisa muito meticulosa. Eu não vou dizer, seria mentira e até ingenuidade, que nunca houve tortura[...] Esses abusos, na maioria das vezes, foram abusos cometidos pelos executantes[...] O grosso da oficialidade, como eu disse, não sabia. Na época em que as coisas se passavam, não sabia. Por que não havia imprensa, a imprensa não noticiava. Cada um estava cuidando do seu trabalho normalmente e não ficava sabendo de nada.”¹²⁶

¹²³ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. pp.236-237.

¹²⁴ Idem, p.143.

¹²⁵ Idem, p.116.

¹²⁶ Idem, pp.175-177.

O Gal. Leônidas P. Gonçalves mantendo o estilo incisivo de suas falas, em relação ao tema tortura não se fez menos contundente e seguiu a linha dos demais, descartando e atacando a idéia de que as Forças Armadas no combate aos subversivos teriam institucionalizado práticas de violência:

“Agora, uma coisa eu tenho assegurado e asseguro historicamente: nunca foi política, nem ordem, nem norma torturar ninguém. Houve tortura? Houve. Mas quem pode controlar uma pessoa na ponta de linha que não teve uma educação moral perfeita, e de origens as mais variadas? [...] **Porque nunca foi política, nem norma, nem ordem dos escalões superiores fazer isso. Nunca!** Os chefes militares, em todas as épocas, são homens de muita compostura moral [...] Provavelmente não ficamos livres de alguém ter feito alguma maldade. Eu não tenho dúvida de que isso é admissível. Só não acho justo dizer o número que foi e atribuir isso como uma política, uma norma ou uma ordem dos escalões superiores [...] Outra coisa que eu digo: o Exército inteiro não estava empenhado na repressão. **Nós selecionamos um segmento para esse trabalho específico. Acusar o Exército como um todo é outro tipo de injustiça. Se não for injustiça também para essa gente que estava prestando bons serviços para a nação.**”¹²⁷

Sobre a questão da tortura institucionalizada ou não, fica uma discussão interminável, pois os lados divergentes mantêm suas posições e defendem as suas bandeiras. Mas o que não pode ser negaceado foi a existência e a prática da mesma durante o regime do movimento civil-militar no Brasil. Citarei novamente Elio Gaspari para exemplar uma visão diferente das dos generais, mas agora no tocante a prática da tortura quanto prática instituída e consentida pelo governo:

“A máquina policial do governo atacou a esquerda armada em Minas Gerais. Num só lance, acabou com o Colina e com um pedaço da AP¹²⁸[...] O delegado Luiz Soares da Rocha, que comandava a operação, impediu, no braço, que um policial matasse os cinco prisioneiros capturados. Nesses jovens começou-se a escrever um novo capítulo da repressão. Foram torturados em quatro delegacias diferentes, mas também em dois quartéis do Exército[...] Os presos foram enfileirados perto do palco, e o “tenente Ailton” identificou-os para os convidados. Tinha três sargentos por acólitos. Com a ajuda de slides, mostrou desenhos de diversas modalidades de tortura. Em seguida os presos tiveram de ficar só de cuecas[...] o objetivo do interrogador é obter informações e não matar o preso[...] O Exército brasileiro tinha aprendido a torturar.”¹²⁹

¹²⁷ Idem, pp.249-252-254. Grifo meu.

¹²⁸ Ação Popular.

¹²⁹ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.pp.357-358-361-362.

Assim as visões divergentes caem no campo da batalha por qual memória, qual visão irá prevalecer sobre os ocorridos durante o governo do movimento civil-militar de 1964. Os opositores apontam que a tortura além de ter sido feita, tornou-se um *modus operandi* por parte das forças repressoras do governo no intuito de se obter informações e ou exterminar os inimigos.

Já os militares no resgate de suas memórias, se eximem de culpa em relação ao início dos confrontos armados no país. Apontam somente que cumpriram sua missão institucional de preservar a ordem e garantir as instituições e que reagiram, para responder as ações armadas dos grupos subversivos. O país estava em guerra e a pátria precisava ser protegida. É assim que se justificam os generais.

No tocante a tortura os militares salientam que os abusos que ocorreram não partiram da cadeia de comando. Nada foi institucionalizado, os atos de violência despropositais se deram devido a desvios de conduta por parte de alguns executantes, de alguns subordinados. Não houve uma legitimação por parte do governo da prática da tortura para se obter informações dos capturados.

As Forças Armadas tinham uma missão para ser cumprida e assim o fizeram: “Defendemos, com a maior convicção e denodo, o que pensávamos que era correto.”¹³⁰ Subestimar o sentimento de defensores da pátria e de responsáveis pelo combate a guerra interna (combate ao comunismo) é um erro muito sério no tocante a interpretação dos acontecidos históricos. Pode-se não entender e não aceitar as concepções das Forças Armadas. Mas daí querer deslegitimar e desfazer do ideário das três armas é um ponto confuso e imbuído de erros.

Querer cobrar dos militares pelas perdas durante os conflitos armados é visto pelos depoentes como uma provocação, já que as Forças Armadas simplesmente exerceram seu papel de proteger a nação e o governo estabelecido. Num cenário

¹³⁰ CASTRO, Celso Correa Pinto de; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. p.246.

de guerra existirão perdas dos dois lados. Os subversivos queriam derrubar o governo e o governo simplesmente se protegeu, para manter a ordem e a estabilidade.

Assim os pontos expostos nos depoimentos visaram preservar a imagem das Forças Armadas, apontando para uma legitimação das operações que se deram durante o exercício do poder por parte dos militares. Preservar a imagem foi uma atitude tida como necessária por parte dos depoentes, já que a mesma saiu tão desgastada e ferida após o término do movimento civil-militar.

Nas falas a defesa das ações não é meramente uma simples defesa, defender por defender, os militares acreditaram e ainda acreditam piamente que agiram em nome do bem comum. Agiram em nome das Forças Armadas exercendo o seu papel institucional e secular, tudo pelo bem da nação.

4 RESENTIMENTO: A DOLOROSA ARTE DO NÃO ESQUECER

“Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?”.

Márcio Moreira Alves

“Então uma guerrilhinha, num país desse tamanho, iria derrotar as Forças Armadas brasileira, por mais frágeis que estas fossem e sejam até hoje? Não havia condição”.

General Carlos de Meira Mattos

“O que nós pagamos e isso ninguém considera, de amizades rompidas, de camaradagem perdida, isso ninguém repõe. Essa revolução nos custou muito, mas muito mesmo”.

General Gustavo M. Rego
Reis

Abordar o tema ressentimento é uma tarefa difícil pelo fato de poucos autores abordarem o assunto. À exceção de Nietzsche na filosofia, poucos se dedicaram a este conceito.¹³¹ Tornando assim o mesmo algo complexo e bastante difícil de precisar.¹³² Portanto tentar elucidar o enigma profundo que marca a natureza dos laços entre os fatos e os sentimentos que levam ao ressentimento¹³³ não é uma tarefa simples:

“O ressentimento não é uma estrutura clínica, e tampouco se confunde rigorosamente com um sintoma, embora se possa considerá-lo como uma solução de compromisso entre dois campos psíquicos, [...] Ressentimento não é um conceito da psicanálise; é uma categoria do senso comum que nomeia a impossibilidade de se esquecer ou superar um agravo.”¹³⁴

¹³¹ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.p.08.

¹³² BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)entimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p.61

¹³³ Idem, p.334.

¹³⁴ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.p.11.

Tal condição de categoria do senso comum cria uma complexidade para precisar o ressentir. Pode-se então apontar para uma definição que leve a uma explicação pautada na concepção de que o ressentimento remete a uma amarga lembrança de uma injúria particular, da qual se deseja tirar satisfações, porém não se leva adiante o confronto. Assim o sujeito ressentido permanece amarrado a um passado, cujas contas ainda não saldou ¹³⁵ pois não reparou a injúria sofrida.

A palavra ressentimento indica que se trata de uma reação ¹³⁶ a algo. Daí Nietzsche apontar o ressentimento como pertencente à esfera dos homens reativos ¹³⁷, o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação ¹³⁸, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária começa a exercer algum tipo de resposta ao agravo sofrido.

Na construção nietzscheana o ressentimento seria o resultado longínquo de um conflito, de uma ação conduzida, no início da nossa era, pela religião judaico-cristã contra os guerreiros aristocratas, que possuíam o privilégio de poder realizar sua vontade de poder no exercício de sua dominação. ¹³⁹

Tal análise entre um embate de senhores e escravos não constitui um ponto de estudo dentro do trabalho, mas é importante ser pelo menos citar para ratificar que o florescer da idéia de ressentimento se dá como um afeto primordialmente daquele que é submetido ao poder do outro. O ressentimento como fuga da fraqueza rumo ao desprezo moralizador ¹⁴⁰ seria então o ponto crucial da construção nietzscheana de tal afeto.

¹³⁵ KANCYPER, Luis. **Ressentimento e Remorso**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.p.23.

¹³⁶ Idem, p.12.

¹³⁷ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral: um escrito polêmico**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.p.64.

¹³⁸ Idem, p.28.

¹³⁹ BRESCIANI, Stella.; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)entimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p.16.

¹⁴⁰ SLOTERDIJK, Peter. **O Desprezo das Massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.p.69.

A fraqueza aqui seria representada no caso dos militares pelo medo da desintegração dos seus valores caso o ideário comunista chegasse ao poder e se instaura-se na caserna e pela impotência diante dos ataques que sofrem em relação ao período em que exerceram o poder. Já em relação aos civis (os opositores do regime), ela está calcada na derrota que sofreram durante a luta armada. A derrota que sofreram para as forças do governo desnuda a fraqueza por parte dos opositores.

Buscar compreender o inconsciente em seus aspectos formais, estruturais, é uma ferramenta-chave para aprofundar o estudo da dialética consciente-inconsciente em seu devir histórico.¹⁴¹ Isso se faz importante, pois o intuito deste trabalho está na análise do ressentimento nutrido dentro das Forças Armadas e o quanto tal afeto tem peso para orientar as relações tanto das três armas quanto dos civis opositores do regime.

É importante o aprofundamento da interpretação dialética consciente-inconsciente para que se perceba dentro de um período histórico, onde o poder exercido germinou nos opositores todo um ressentir que veio à tona a partir de 1985 com o fim do regime, desnudando todo o sentimento negativo que estava contido no tecido social. Surpreendidos, os homens da caserna vêem-se enquanto ressentidos perante a sociedade devido a toda a condenação que sofrem por causa dos 21 anos em que estiveram no poder.

Esse intrincado cenário calcado no ressentimento é o que vem trazendo a sociedade brasileira fraturada quando o assunto em questão trata sobre os 21 anos de governo do movimento civil-militar. Tanto defensores quanto opositores do governo não abrem mão de suas convicções, impossibilitando assim o diálogo e aguçando um desejo de reparação. Os militares querendo reparar a imagem atingida e a violência sofrida pelos subversivos e os opositores querendo a reparação pelas violências a que foram expostos pelo regime civil-militar.

¹⁴¹ SOUZA, Olga Maria Machado Carlos de; SOUBBOTNIK, Michel Alain(Org.). **Enlaces:** psicanálise e conexões. Vitória. GM Gráfica & Editora, 2008.p70.

Sendo assim dentro da análise de um conceito tão complexo, é preciso levar em conta os rancores, o desprezo, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte¹⁴² que constroem tal conceito, e possibilitam melhor compreender como tal afeto se aplica na história, portanto, nas relações humanas.

O ressentimento, portanto pode ser percebido como a ebulição de uma soma de afetos, de uma soma de paixões tristes. É importante destacar que nesse emaranhado de sentimentos que levam a florescer o ressentimento enquanto um afeto primordial dentro das paixões tristes, o fantasma da morte tem uma primazia, pois pode ser compreendido no sentido de uma construção afetiva que pode destruir; arruinar alguém, ou uma instituição tanto no sentido físico quanto no psicológico.

O fantasma da morte para os militares seriam dois. O primeiro seria o comunismo. Tal doutrina política incutiu um sentimento dentro das Forças Armadas de potencial ameaçador e traiçoeiro já que colocava em risco a manutenção da hierarquia e da disciplina, pois pregava a obediência a outros princípios, idéias e a outros chefes muitas vezes alheios ao meio militar.¹⁴³ Podendo assim estabelecer e incutir nas Forças Armadas uma obediência paralela e diferente dos padrões da caserna,¹⁴⁴ levando ao colapso e a desestruturação de todo um sistema institucional.

O combate vigoroso e rígido e os comentários ácidos para com os comunistas e simpatizantes, são indícios claros de que o temor e o ressentimento contra o comunismo eram muito fortes dentro das Forças Armadas no período, não podendo assim ser subestimados.

O outro fantasma seria o julgamento da sociedade sobre os ocorridos durante o movimento civil-militar no Brasil. O julgamento negativo que a sociedade faz dos ocorridos enquanto os militares estiveram no poder, traz as Forças Armadas

¹⁴² Idem, p.15.

¹⁴³ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.12.

¹⁴⁴ Idem, idem.

ressentidas para com a sociedade. Pois (na concepção militar) as ações dos homens de farda foram não só legítimas, quanto respaldadas por uma parcela da população. Por isso o julgamento negativo por parte da população não faz sentido e é percebido como contraditório.

Faz-se preciso então aprofundar a questão do ressentimento que floresceu na caserna em relação às idéias e práticas comunistas e como isso construiu toda uma situação que motivou e legitimou as ações das três armas em 1964. Ações que seriam julgadas de maneira severa pelos opositores do regime, julgamento esse que fez florescer o ressentir da caserna para com a sociedade.

Apontando assim para uma complexa rede onde as ações, os acasos e os lances de sorte culminaram no germinar e conseqüentemente no florescer do ressentimento dentro do seio da sociedade quanto dentro da caserna.

4.1 O ressentimento dos militares

O ressentimento dos militares em relação ao ideário comunista e para com o julgamento da sociedade em relação aos ocorridos a partir de 1964, se encaixa na categoria de um tratamento injusto ou depreciativo¹⁴⁵, um sentimento reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida ou de vingar a humilhação experimentada.¹⁴⁶

O ressentimento militar se alicerça na concepção da emoção que deriva na percepção de que o grupo ao qual se pertence está em uma posição injustamente subordinada em uma hierarquia de status.¹⁴⁷Essas condições marcam a diferenciação do ressentimento militar em comparação ao ressentimento germinado pelos opositores do regime.

¹⁴⁵ BRESCIANI, Stella.; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)entimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p.62.

¹⁴⁶ Idem, p.19.

¹⁴⁷ Idem, p.61.

Ou seja, os militares têm suas percepções sobre os 21 anos em que estiveram no centro das decisões políticas, construídas a partir da ótica daqueles que exerceram o poder, e com isso puderam levar adiante seu ideário político. O objetivo não é discutir a retidão, ética e valor de tal ideário. Este não é o ponto crucial. O importante é salientar que dentro do embate iniciado em 1964 o lado que se saiu vencedor foi o das Forças Armadas. Eles ocuparam o poder e venceram o enfrentamento com os opositores do regime.

Isso constrói uma estima elevada na maneira de se ver e na maneira de analisar o exercício do poder. Daí a incompreensão e o ressentir quando o exercício do poder é duramente desqualificado e criticado. Daí a sensação da perda de status e valor por parte das três armas e uma incompreensão diante da depreciação civil.

O ressentimento militar floresce a partir da incompreensão. Pois ao julgar negativamente, a sociedade mostra não compreender que os militares agiram para preservar as Forças Armadas de uma ameaça estrangeira (comunismo) que havia se infiltrado no país e ameaçava não só a caserna, mas também toda a sociedade.

Nas ações os militares não teriam agido somente em causa própria. Agiram para atender ao chamamento da sociedade para restaurar a ordem que estava convulsionada devido à instabilidade política do governo de João Goulart. Os militares, portanto agiram a partir de uma ética, um sentimento de responsabilidade e obrigação institucional de proteger a nação:

“O que queremos dizer é que a crise dos anos sessenta e a conseqüente reação dos militares, que não pode ser pensada como um fato, mas como uma ação, teve motivações construídas historicamente, que reservaram aos militares o papel de protagonistas de uma intervenção cujas origens remetem ao entendimento de valores éticos. Sacrifício individual pelo bem coletivo (ainda que custe a vida); harmonia e ordem contra qualquer tipo de insurreição; respeito incondicional às instituições (heranças do positivismo); patriotismo e espírito voluntário, e o paternalismo salvacionista são alguns dos sentimentos da ética castrense que nutriram os militares interventores de 64. Foram essas as ligas que amarraram as diferenças e sobrepuseram as vaidades

personais dos grupos que dividiam a instituição militar por ocasião da crise política de 64. Foram elas também que fizeram com que os generais mais antigos e em posições mais elevadas na organização aceitassem que uma aparente insubordinação se transformasse, para eles, em um movimento de restauração da ordem e garantia da liberdade.¹⁴⁸

Portanto a construção do ideário castrense que se estrutura entre valores éticos em que dentre eles pode-se destacar uma de força, uma força que a partir do momento em que foi confrontada e se viu ameaçada, não poderia deixar de se manifestar da maneira que foi constituída. Não poderia deixar de se manifestar enquanto força.

A força manifestada fez por prevalecer. Porém mesmo vencendo a guerra contra o comunismo restou aos militares o silêncio da caserna diante da revolta daqueles que consideraram inferiores,¹⁴⁹ (os opositores do regime) quando eles passaram a expor suas queixas contra o governo.

Portanto o ressentimento castrense para com os civis floresce devido ao olhar depreciativo da sociedade para com o exercício do poder executado pelos militares e da impotência diante de tal ataque. Uma depreciação que leva a um sentimento de diminuição do status das Forças Armadas, da figura e do papel do homem de farda perante a sociedade. Não reconhecer o esforço a que se submeteram as três armas no combate ao comunismo durante os 21 anos de governo é algo que fere o orgulho dos militares e alimenta a incompreensão e o ressentir contra os civis.

4.2 O Ressentimento civil

A ofensa recebida, a humilhação experimentada e as perdas sofridas pelos opositores do regime não foi respondida no mesmo nível da agressão sofrida.

¹⁴⁸ Tavares, Kleber da Silva. **A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. 2009.p.122.

¹⁴⁹ BRESCIANI, Stella.; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)entimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p.19.

Assim pode-se dizer que o ressentimento por parte da sociedade para com os militares nasce a partir dessa afronta de não poder reagir no mesmo nível da violência recebida por parte da repressão governamental.

Não ter vencido a luta armada. Não ter derrubado o regime civil-militar. Tudo isso cria um cenário onde as subjetividades estão carregadas de mágoa, rancor e outros sentimentos que compõe a constelação do ressentimento dos que fizeram oposição ao regime de 1964. Não havendo possibilidade de se esquecer o agravo resta rememorar:

“Há de lembrar, quarenta anos seguidos, a sua ofensa, até os derradeiros e mais vergonhosos pormenores; e cada vez acrescentará por sua conta novos pormenores, ainda mais vergonhosos, zombando maldosamente de si mesmo e irritando-se com sua própria imaginação. Ele próprio se envergonhará dessa imaginação, mas, assim mesmo, tudo lembrará, tudo examinará, e há de inventar sobre si mesmo fatos inverossímeis, com o pretexto de que também estes poderiam ter acontecido, e nada perdoará. Possivelmente, começará a vingar-se, mas de certo modo interrompido, com miuçalhas, por trás do fogão, incógnito, não acreditando no direito nem no êxito da vingança e sabendo de antemão que todas estas tentativas de vindita vão fazê-lo sofrer cem vezes mais que ao objeto da sua vingança, pois este talvez não precise sequer coçar-se. No seu leito de morte, há de tornar a lembrar tudo com juro acumulados em todo esse tempo e...”¹⁵⁰

A citação de Dostoiévski é um exemplo forte sobre o ressentimento e sua construção dentro de uma atmosfera reativa. A atmosfera pode ser classificada como reativa, pois a ação não parte do sujeito ofendido. A ação parte daquele que é considerado o agressor. O causador do ressentimento. Cabe ao ressentido dentro de sua passividade ruminar contra o causador de seu agravo.

Nietzsche, o filósofo considerado como o que desnudou a patologia do ressentimento¹⁵¹ segue o caminho apontado na citação de Dostoiévski, na concepção de que o indivíduo reativo sempre busca um culpado para os infortúnios sofridos:

¹⁵⁰ DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias do Subsolo**. São Paulo: Ed. 34, 2001. p.23-24.

¹⁵¹ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.p.81.

“Os sofredores são todos horrivelmente dispostos e inventivos, em matéria de pretextos para seus afetos dolorosos; eles fruem a própria desconfiança, a cisma com baixeiras e aparentes prejuízos, eles revolvem as vísceras de seu passado e seu presente, atrás de histórias escuras e questionáveis, em que possam regalar-se em uma suspeita torturante, e intoxicar-se do próprio veneno de maldade- eles rasgam as mais antigas feridas, eles sangram de cicatrizes há muito curadas, eles transformam em malfeitores o amigo, a mulher, o filho e quem mais lhes for próximo.”¹⁵²

O ressentir da sociedade pode ter então o seu nascedouro apontado para o fato de não ter havido um meio contundente de deter, ou derrotar o regime do movimento civil-militar. A luta armada mostrou-se traumática e causadora de perdas fatais e não construtiva no sentido de desestabilizar ou derrubar o regime.

Ela mostrou-se muito mais destrutiva do que construtiva para se obter os objetivos por parte dos insurgentes. Assim o sentimento trazido pela derrota na luta armada é o desencadeador da mágoa. Os sentimentos de derrota e de impotência formam o ponto de ebulição do ressentimento por parte dos opositores do regime.

Importante frizar que quando não se assume os erros cometidos durante a busca para derrubar o regime de 1964 e aponta-se as Forças Armadas como responsáveis por todos os erros e danos causados, os que lutaram contra o regime abrem mão das responsabilidades, abrem mão da condição de agentes de transformação social, para esperar por direitos e benesses.¹⁵³

Transferir para as três armas todas as mazelas e erros é uma condição clássica do ressentir. Onde o ressentido não duvida de si mesmo; não coloca em questão a justeza de seus atos e suas motivações,¹⁵⁴ o que é julgado e tido como responsável por tudo é o outro. No caso as Forças Armadas.

Num discurso virulento e impositivo, o que se viu foi após o fim do regime, foi os opositores expondo todo o ressentir contra as três armas. Num discurso duro e

¹⁵² NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral: um escrito polêmico**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.p.117.

¹⁵³ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.p.242.

¹⁵⁴ Idem,p.30.

emocional o que se viu foi a desconstrução e deslegitimação das Forças Armadas, a demonização do papel exercido por elas durante o período em que ocuparam o poder:

“Entre 1964 e 1984, a ditadura destruiu a economia, institucionalizou a corrupção e fez da tortura uma prática política. Envileceu a nação e abalou o caráter do brasileiro. Alienou as novas gerações, tornando-as incapazes de entender a sociedade em que vivem [...] A violência da esquerda era consequência das dificuldades da luta armada. Por exemplo, ao se matar um guarda bancário em um dos inúmeros assaltos praticados no período. A morte de inocentes era um risco assumido, mas não desejado. As forças do Estado, porém, torturavam e matavam como norma. [...] o que os militares fizeram foi algo que transcendeu à natureza da própria violência. A violência do regime militar corrompeu e ultrajou a dignidade do homem.”¹⁵⁵

Quando se assume uma condição de vítima diante dos fatos ocorridos, mesmo que tenham empunhado armas para derrubar o governo, os subversivos demonstram um ressentir estruturado na vingança imaginária e adiada, na memória que só serve à manutenção de uma queixa repetitiva e estéril.¹⁵⁶ O tempo não voltará e não será possível pegar em armas novamente para derrubar o regime civil-militar.

A vitimização dos civis acompanhada da uma vitimização dos militares (pois acreditam que suas ações estavam corretas e foram feitas pelo bem da pátria) que se vêem enquanto injustiçados diante da depreciação civil, dá força para os afetos destrutivos que compõem a constelação do ressentimento. O choque entre eles faz-se forte então.

4.3 O Fantasma do comunismo

É preciso entender o ressentimento contra o ideário comunista dentro das Forças Armadas, pois foi tal afeto foi uma força motriz para levar os militares a agir nos distúrbios que culminaram no 31 de março de 1964. Perceber o ressentir é atentar para a compreensão do quanto os homens das três armas tinham arraigado em

¹⁵⁵CHIAVENATO, Julio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 1994, pp.119-121.

¹⁵⁶ Idem, idem.

suas idiossincrasias um profundo ódio e desprezo pelo discurso comunista. Portanto suas ações eram legítimas e honradas, pois agiram a partir do ideário que lhes foi ensinado na caserna. Agiram para preservar as Forças armadas, em nome da pátria e em nome do bem comum.

Mas a partir do momento em que a sociedade deprecia os ocorridos durante o movimento civil-militar, ela deslegitima a luta que foi travada contra o comunismo e todo esforço e risco aos quais os militares se submeteram na guerra contra os subversivos.

A depreciação germina e faz florescer o ressentimento dos militares para com a sociedade, já que se sentem traídos e percebem por parte da sociedade uma ingratidão pelo não reconhecimento e pela não valorização para com o que foi feito pelas três armas no intuito de livrar o país da desordem e do caos que o comunismo representava.

O fantasma da morte que representou para a caserna o comunismo teve um poder muito forte, pois ele quase colocou em xeque a existência das Forças Armadas na maneira em que elas estavam estabelecidas. O medo que se tinha dentro da caserna de que uma nova ordem de valores solapasse as três armas fez com que os homens de farda agissem no sentido de auto-preservação, para extirpar o perigo que o fantasma da morte do comunismo representava para a existência das Forças Armadas.

4.4 A ameaça vermelha:

A percepção do comunismo como algo perigoso e nocivo para o corpo social passou a ganhar corpo no Brasil depois da Revolução Russa¹⁵⁷, ou seja, a partir do ano de 1917. Mas não era algo tão profundo e agressivo. Via-se o comunismo mais como que algo exógeno, fruto de idéias distantes e que não funcionariam na prática.

¹⁵⁷ MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo, SP: Perspectiva; FAPESP, 2002.p.01.

As Forças Armadas não tinham nesse tempo um ideário anticomunista. O início histórico desse sentimento foi dar-se no ano de 1935 com a revolta comunista que tentou derrubar o governo de Getúlio Vargas. O movimento armado passou a ser denominado historicamente pelas forças da ordem por Intentona¹⁵⁸ num claro objetivo de desqualificar a revolta e já apontando um sentimento de desmerecimento e repulsa para com as idéias comunizantes dentro da caserna.

O movimento insurgente teve participação de civis, porém a revolta foi capitaneada e levada adiante por homens das Forças Armadas. Os militares viram nisso uma profunda traição e não perdoaram os rebelados por suas atitudes. Iniciava-se assim o florescer do ressentimento brutal dentro da caserna contra a ideologia comunista.

O efeito devastador que a revolta causou foi muito forte. Os rebelados foram vistos como traidores não só da corporação militar, mas como traidores da pátria e de estarem a serviço dos interesses de Moscou¹⁵⁹. A frustrada revolta comunista foi um evento-chave que desencadeou um processo de institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas.¹⁶⁰

A marca indelével deixada pela revolta de 1935 foi apontada nos depoimentos. A figura de Luís Carlos Prestes é citada pejorativamente e o movimento de 1935 é apontado como a marca da traição e do perigo que o comunismo representava para as Forças Armadas. No imaginário das Forças Armadas o comunismo era um inimigo a ser combatido de maneira virulenta e cruenta.

Foram nas figuras do Tenente-Brigadeiro Deoclecio Lima de Siqueira e do Gal. Leônidas Pires Gonçalves onde se encontrou uma maior virulência contra Prestes e a revolta de 1935. O primeiro aponta objetivamente:

¹⁵⁸ O termo intentona significa levar adiante uma ação sem sentido, impensada, despreparada. Um intento louco.

¹⁵⁹ MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo, SP: Perspectiva; FAPESP, 2002. p.37.

¹⁶⁰ CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.p.49.

“A tentativa de 35, no Brasil, foi muito desfavorável para os comunistas. Pelo que custou não perdôo o Prestes. Embora saiba que ele foi uma grande inteligência, não sei o que houve com ele, pois precipitou um acontecimento no Brasil para o qual não havia condições de sucesso. Foi um desastre.”¹⁶¹

As palavras do Gal. Leônidas vão ao encontro com as do Tenente-Brigadeiro Deoclecio. Demonstrando assim um profundo ressentimento e rancor para com o movimento insurgente e um dos seus principais líderes, no caso Luís Carlos Prestes:

“Acho que Prestes não merece nenhuma homenagem brasileira. Prestes, que foi o “Cavaleiro da Esperança”, um andarilho, é também um traidor da pátria que, mais de uma vez, se juntou com o estrangeiro para desestabilizar essa pátria. Perguntado no senado se, no caso de guerra do Brasil com a Rússia, com quem ele ficaria ele disse que ficaria com a Rússia. Fazer um memorial para esse indivíduo! Em nome de quê? Só se for em nome do espírito de laçao do brasileiro. É assim que eu vejo isso.”¹⁶²

Em relação a 1935 o Gal. Leônidas também expõe seu ressentimento, apontando o quanto o espectro, o fantasma da morte, ou seja, a ameaça comunista germinada na década de trinta povoava o imaginário na caserna. Tal fantasma fez-se presente na década de sessenta. No trecho abaixo ele rememora sobre fatos da Intentona:

“Nós já tínhamos umas mágoas daquelas revoltas comunistas, com a morte daquele nosso companheiro. Eu tive um assistente cujo avô foi morto dormindo. O coronel Bastos. Era um homem tranqüilo. Quando nós íamos a essas cerimônias da Praia Vermelha¹⁶³, o primeiro citado era o avô dele. Ele dizia: “É verdade, general. Meu avô levantou da cama com o barulho e foi morto logo em seguida.” Quer dizer, dormindo. Praticamente, não tinha nem acordado. Essas coisas todas nós não perdoamos.”¹⁶⁴

¹⁶¹ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe:** a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.p.228.

¹⁶² CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo:** a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. p.256.

¹⁶³ A cerimônia citada é referente a homenagem que se fazia aos militares que morreram confrontando a revolta comunista em 1935.

¹⁶⁴ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe:** a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.p.126.

Assim a magnitude do anticomunismo nas Forças Armadas tem que ser compreendida a partir da questão de como o comunismo representava um perigo para a concepção castrense de respeito à legalidade e para o papel constitucional e garantidor da ordem que deveria ser exercido pelas Forças Armadas.

No papel de defensores da ordem os militares consideram seu dever preservar a integridade nacional, e, neste sentido, a proposta comunista apareceu como um elemento exógeno e nocivo aos interesses nacionais e aos interesses das Forças Armadas. O ideário comunista representava um perigo a tudo o que defendia a instituição militar. Portanto a revolta fracassada de 1935 serviu para plantar a semente, fazendo florescer um forte ressentimento dentro da caserna:

“Os acontecimentos de novembro de 1935 fazem parte da história do Exército por várias razões: Prestes era formado pela escola militar e ainda constava nas listas do Exército como capitão de engenharia desertor; os instrumentos da insurreição foram unidades do Exército; um dos resultados do episódio foi o Exército isolar-se ainda mais da sociedade; o ocorrido gerou no Exército um fortíssimo sentimento anticomunista e a desconfiança contra proponentes de reforma socioeconômica;”¹⁶⁵

O ressentido não é alguém incapaz de se esquecer ou de perdoar; é um ser que não quer se esquecer, não deixar barato o mal que o vitimou¹⁶⁶. Tal apontamento fica claro nas lembranças sobre 1935 e o quanto isso marcou profundamente a memória militar.

O ataque dos revoltosos mesmo que tenha sido rapidamente vencido deixou um forte sentimento anticomunista dentro das Forças Armadas. Na memória coletiva do Exército, os comunistas e a pérfida rebelião de 1935 ficaram para sempre associados.¹⁶⁷ Derrotados os rebeldes em 1935, o fantasma da morte que representou o ideário comunista continuou vagando e assombrando o imaginário da caserna, vindo a mostrar sua face destruidora no ápice da instabilidade política do país em 1964.

¹⁶⁵ MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.476.

¹⁶⁶ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.p.12.

¹⁶⁷ MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.487.

Nas falas aparece o medo de que o país caminhasse para se tornar uma república sindicalista em 1964. O perigo real que as ações comunistas representaram para a sociedade da época tinha que ser detido. As Forças Armadas não poderiam se omitir diante das ações de cunho de esquerda executadas pelo presidente João Goulart.

O presidente João Goulart atravessou uma ponte sem possibilidade de retorno ao bater de frente com os interesses dos oficiais das Forças Armadas e levar adiante o apoio irrestrito não só aos grupos de esquerda, mas principalmente o apoio aos praças e suas reivindicações políticas.

A ameaça de uma comunização do país e suas conseqüentes transformações atingiu e atemorizou fortemente a caserna, como ficou claro nos depoimentos quando as perguntas versavam sobre os fatores que motivaram a entrada dos militares no processo de derrubada de João Goulart.

O medo de que o país se torna-se uma república sindicalista estimulou as ações e combater esse medo, essa ameaça real era vital e preciso. Daí a entrada dos militares no cenário de 1964. O comunismo foi, portanto um grande fator desencadeador:

“[...] a república sindicalista que estava se implantando neste país e a desordem subsequente. [...] Eles estavam quebrando todas as regras que se podia ter, inclusive nas Forças Armadas. Quando fizeram aquela reunião de sargentos, quando fizeram aquelas coisas todas, eles ofenderam completamente a nossa maneira de ser.”¹⁶⁸

“[...] não era só a hierarquia militar, não. Era a própria hierarquia republicana que estava em jogo. O respeito às autoridades constituídas. Isso tudo ia virar de cabeça para baixo. Era isso. [...] E o que se via, a meu ver, é que ele (João Goulart) estava querendo a república sindicalista. Iam querer fazer uma república de extrema esquerda, subvertendo a nossa tradição republicana.”¹⁶⁹

“[...] era de não deixar o país transformar-se numa república, vamos dizer, popular, tipo Tchecoslováquia, pois parecia que o Goulart estava

¹⁶⁸ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. P.126.

¹⁶⁹ Idem, p.143.

encaminhando naturalmente para isso. O próprio Preste chegou a declarar que já estava no poder, não estava apenas no governo.”¹⁷⁰

“[...] Este país, sem dúvida, ia se transformar numa república comuno-sindicalista-populista sei lá. Nós íamos por um mau caminho.[...]Eles estavam dando o golpe, e nós fizemos o contragolpe, sem preparação.[...] a virada que o país estava dando para a esquerda. A ameaça comunista, populista, sindicalista. Ameaça mista, esquerdista.”¹⁷¹

“[...] nós presenciamos o início de um trabalho de implantação, no nosso país, de um regime sindicalista, como os esquerdistas que estavam em torno do presidente chamavam. Esse movimento foi se agravando, e o Exército **ressentia-se** pela indisciplina reinante na pátria. Tivemos o levante dos sargentos em Brasília, depois o grande comício da Central d Brasil em março e, finalmente, a subversão dos marinheiros, já nas vésperas, quase, da Revolução, quando os chefes militares já estavam conscientes de que não era mais possível manter o governo.”¹⁷²

“Basicamente, a Revolução se fundamentava no anticomunismo exacerbado, que vinha de 35. Partia-se da convicção de que estava em marcha uma tentativa de socialização e que o agente dessa socialização era o presidente Goulart.”¹⁷³

Portanto o comunismo representou para as Forças Armadas tanto no campo do imaginário quanto no prático um perigo real. No imaginário pelo sentido de que uma possível vitória das forças de esquerda levaria o solapamento da ordem estabelecida nas Forças Armadas, e no prático pelas agitações que quase puseram em xeque a hierarquia e a disciplina nas três armas.

Algo que destruiria as três armas na forma em que estavam estabelecidas. Foi preciso então combater as ações esquerdistas e salvar as três armas e o país do caos e do perigo iminente de uma comunização da nação.

4.5 O fantasma da depreciação por parte da sociedade

Dentro dos depoimentos fica evidente a idéia de que as ações militares foram abalizadas não só a partir dos interesses da instituição, mas também pelo desejo

¹⁷⁰ Idem, p.155.

¹⁷¹ Idem, pp.206-207.

¹⁷² Idem, p.214. Grifo meu.

¹⁷³ Idem, p.91.

de uma parcela da população. O Gal. Carlos Meira Mattos transcorre sobre o fato em seu depoimento:

“Havia muito civil conspirando. Porque quando irrompeu 64, as organizações civis, federação de indústria, federação de comércio, de agricultura, ostensiva ou veladamente, apoiavam[...] De modo que o Exército foi para a rua, para os campos, para as estradas, para atender a um apelo que era um apelo nacional[...] Se não fosse o apoio civil, poderíamos dizer que a Revolução de 64 foi um golpe militar. Mas ninguém pode dizer que foi um golpe militar, porque houve manifestações civis enormes para derrubar o governo João Goulart em São Paulo e aqui no Rio.”¹⁷⁴

Já o Gal. Gustavo Reis relembra sobre a participação dos políticos: “Os políticos tiveram uma grande participação em tudo isso, nas coisas boas e nas más, mas o militar é sempre o culpado.”¹⁷⁵ Mantendo a linha do “apelo nacional” destaca-se o trecho do Gal. Carlos da Fontoura: “[...] Fomos obrigados a dar o contragolpe pelo povo brasileiro. Só fomos depois que o povo foi na frente, porque não queríamos ir [...]”¹⁷⁶ ele segue sua linha de raciocínio: “nós fomos atrás do povo. Na verdade, o Exército não saiu na frente, as Forças Armadas não saíram na frente do povo... Sem o apoio do povo, não se faz nada.”¹⁷⁷

Os militares teriam basicamente atendido ao clamor das ruas por causa do pavor originado pelo fantasma do comunismo. Nesse ponto está a questão nevrálgica e desencadeadora do ressentimento das Forças Armadas para com a sociedade. Os militares executaram a sua missão. Uma missão legitimada por uma parcela civil. Executaram-na e saíram-se vencedores. Porém não são respeitados pelas ações que transcorreram ao longo dos 21 anos de governo, apesar de que chegaram ao poder abalizado por diversos setores¹⁷⁸ da sociedade.

¹⁷⁴ Idem, pp.107-108.

¹⁷⁵ Idem, p.51.

¹⁷⁶ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. p.101.

¹⁷⁷ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. P.210.

¹⁷⁸ Esses setores podem ser apontados como: igreja, empresariado, imprensa, estudantes e outros grupos da sociedade como um todo.

A vocação legalista das três armas teria em 1964 atendido ao interesse público¹⁷⁹, o movimento civil-militar foi então uma parceria, mas a mesma teria sido rapidamente esquecida a partir do momento em que os militares deixaram o poder.¹⁸⁰ Daí um sentimento de traição.

Os militares entraram no movimento devido ao chamamento civil e depois dos 21 anos de poder essa mesma sociedade passou a condenar os atos praticados pelos militares. Mostrando uma ingratidão para com aqueles que puseram suas vidas em risco na luta contra o comunismo.

Os trechos a seguir dão continuidade para apontar o ressentimento, que as Forças Armadas têm em seu seio em relação à sociedade. Inicia-se abaixo com um trecho do contundente relato do Tenente-Brigadeiro Deoclecio Lima de Siqueira.

“No Brasil, o que hoje dói um pouco é que é injusta a interpretação que se dá À Revolução de 64. [...] Essa interpretação de agora. Por ela, o movimento de 1964 foi apenas a ambição de poder e prática de torturas. Não é verdade. Sessenta e quatro foi um movimento para se antepor ao avanço do comunismo e representa um capítulo da Guerra Fria que estava comprometendo as instituições, sobretudo as militares. Sentia-se isso claramente dentro dos quartéis. Agora pode-se alegar que demorou muito, que a vigência de um poder mais forte foi muito longa. Isto é outro problema a ser analisado. O que foi feito era necessário. Senão a nossa situação hoje estaria muito difícil.”¹⁸¹

O Brigadeiro João Paulo Burnier segue a linha de não perdoar o que considera uma visão distorcida que se propaga em relação ao movimento civil-militar de 1964. Está construção errada na visão do militar vem deteriorando e minando a imagem das três armas diante da sociedade, já que propaga uma idéia falsa sobre o período, deslegitimando e culpando os militares durante o tempo em que exerceram o poder:

“É isso o que eu não perdôo a esses jornalistas, a esses políticos

¹⁷⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) **Entre-Vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.157.

¹⁸⁰ Idem, p.158.

¹⁸¹ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.p.232.

que vivem atacando a Revolução de 64. Não é possível que esses homens, hoje com a idade de cinquenta, sessenta anos, não se recordem, não tenham a coragem de reconhecer o que se passava em 62, 63. Muita gente moça não sabe o que se passou porque não era nascida na época, ou não tinha ainda capacidade de trabalho, e também porque a memória do brasileiro vai se esvaindo por causa da tendência da nossa mídia em desmoralizar tudo o que aconteceu depois de 64. As escolas de jornalismo foram criadas por professores e pessoas de esquerda que dominaram totalmente o corpo docente, formando a enorme chusma do jornalismo que atualmente está executando um programa de apoio à área socialista. É um absurdo que uma utopia como o comunismo internacional tenha capacidade de viver até hoje. Não podemos entender como é possível que não se compreenda a falsidade que existe nessas teorias. Pois bem. Foram essas escolas de formação de jornalistas que prepararam os jornalistas de agora. Naquela época, não tínhamos o jornalista comunista, mas já havia uma infiltração muito grande, e esses homens todos começaram a trabalhar no sentido de desmoralizar as nossas preocupações.¹⁸²

Já o trecho retirado do depoimento do Gal. Octávio Costa se destaca no campo das artes, pois diz respeito a uma resposta que o mesmo deu, num artigo publicado no Jornal do Brasil para a canção de Geraldo Vandré: Caminhando (Pra não dizer que não falei das flores)¹⁸³. Tal artigo foi escrito para defender a imagem da classe militar. Abaixo o trecho onde o Gal. Costa explica o que o motivou a responder Geraldo Vandré:

“Foi quando ocorreu o famoso episódio do festival de música popular que consagrou a canção do Geraldo Vandré, “Pra não dizer que não falei de flores”, que veio a se transformar em verdadeiro hino da contestação, mais que isso, em terrível agressão contra os militares. Versos como “ Há soldados armados, amados ou não/ quase todos perdidos , de armas na mão/ nos quartéis lhes ensinam antigas lições/ de morrer pela pátria e viver sem razões” irritavam profundamente a classe militar. Os atingidos não eram apenas a minoria empenhada na repressão, mas também a imensa maioria dos anônimos servidores que ficavam no quartel, sofrendores, ganhando pouco, com horário difícil e dedicação integral, esquecidos nos ermos dos mais distantes brasis. Como o que me preocupava, para começar, era a imagem que os meus companheiros iriam fazer da minha presença nos jornais, pensei: “Esta é a hora de escrever uma resposta à música do Vandré.”¹⁸⁴

¹⁸² CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. pp.184-185.

¹⁸³ A canção de Geraldo Vandré ficou em segundo lugar no Festival da Canção de 1968. Passou a ser o hino dos contestadores do regime devido a sua letra forte e contundente. Devido a isso teve sua execução proibida nas rádios pelo governo.

¹⁸⁴ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. p.264.

A imagem precisava ser protegida. Enquanto para muitos da sociedade a canção foi um hino de liberdade, para os militares ela representou uma afronta para com os ideários patrióticos das três armas. Uma afronta por desrespeitar as ações, os compromissos dos militares com o país e a construção da ética e de valores dentro da caserna.

O trecho escolhido no depoimento do Gal. Leônidas Gonçalves é contundente. Não que as falas dos outros militares não tenham sido, a questão não é essa. Acontece que o trecho é um transbordar de ressentimento, claramente assumido por ele para com os civis:

“Outra coisa que eu sempre digo é o seguinte: a Revolução saiu sob a pressão da sociedade civil. Não podemos esquecer isso. Tenho o hábito de repetir e, se não ouvirem de alguém, vão ouvir pela primeira vez: acho que as Forças Armadas até hoje são ressentidas com a sociedade brasileira. **Porque a sociedade brasileira nos levou, foi uma das responsáveis pela Revolução de 64, e hoje em dia a mídia não se cansa de nos jogar na cara que nós somos torturadores, que somos matadores, que somos isso, somos aquilo.** Esquecendo que todos esses movimentos são feitos por criaturas humanas e que os descaminhos ocorrem. Acho que há muita injustiça. Por exemplo, um desses dias eu estava vendo algo assim: “Vamos criar indenizações para aqueles que foram mortos pela Revolução.” Conheço muitos deles que foram criminosos contra a pátria. **Porque quem quer subverter o regime da sua pátria, esteiado em idéias e apoios estrangeiros, para mim é um traidor.** Eu não entendo muito isso, não. E nós somos ressentidos por causa disso. Somos ressentidos. Nós, que afinal entramos nessa luta para livrar o Brasil de concepções que eu acho que não se coadunam com a índole do brasileiro, hoje somos sistematicamente acusados.”¹⁸⁵

Mais direto e revelador impossível, é como se fosse possível “sentir” o ressentimento no ar. As palavras ditas agindo como um objeto cortante que dilacera tudo ao redor. Ao ser perguntado pelos entrevistadores qual era a sua opinião sobre um projeto de tombamento do prédio do DOI-CODI¹⁸⁶ no Rio de Janeiro o Gal. Leônidas foi objetivo ao apontar que tal intuito tinha um cunho de revanchismo por parte dos opositores do regime:

¹⁸⁵ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe:** a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. pp.127-128. Grifo meu.

¹⁸⁶ Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna respectivamente. Órgãos importantes dos governos do movimento civil-militar. Que tinham como papel combater os opositores do regime.

“Isso é ridículo! Bobagem. Não tem finalidade alguma. Qual é a finalidade disso? Fazer um centro cultural!? E mais, quem vai tomar uma coisa que é nossa? Começa que não têm esse direito. Ninguém tem direito de tomar uma propriedade particular do Exército. E muito menos no nível em que se está pretendendo... Faz parte da guerra que os perdedores não se convençam que perderam. Isso aí não é verdade histórica. Isso ainda é guerra.”¹⁸⁷

Como já foi dito o olhar depreciativo da sociedade em relação aos ocorridos durante o regime iniciado em 1964, pode ser entendido como alimentador de um sentimento de traição. Traição, pois quando foram necessárias as ações militares nos idos de 1964, eles tiveram apoio por parte de uma considerável parcela da população. Mas passado o regime o que fica como ponto de recordação são os desacertos e crises que ocorreram durante os 21 anos de poder.

Assim os militares que participaram do movimento civil-militar (que é o caso dos depoentes) sentem-se traídos pela sociedade por não terem o devido mérito e respeito que eles julgam merecer por terem livrado o país do perigo do comunismo participando da guerra contra os subversivos.

A traição atinge a imagem das três armas e deixa a instituição Forças Armadas numa posição desconfortável, no sentido de que o poder que foi exercido no passado não é respeitado e perpetua-se a idéia dos militares como torturadores, assassinos e meros joguetes nas mãos do capital nacional em conluio com o capital internacional.

Os desacertos ocorridos durante o governo ficam por conta somente da caserna. Como se a sociedade não tivesse tido nenhuma parcela, nenhuma participação no jogo político do país durante o movimento civil-militar que subiu ao poder em 31 de março de 1964.

¹⁸⁷ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. p.257.

Além de se ausentar de qualquer culpa a sociedade, deixa as mazelas somente para as Forças Armadas. “Nós anistiamos todo mundo. Ninguém nos anistiou ainda. Eles vivem dizendo que somos torturadores e matadores, quando fizemos isso em nome de **coisas grandes**.”¹⁸⁸

A concepção de coisas grandes está construída no sentimento por parte das Forças Armadas de que suas ações foram imbuídas de um sentimento ético visando o desenvolvimento do país. Os desvios de conduta de uma pequena parcela não poderiam ter muito mais peso e relevância na lembrança dos fatos, do que as ações feitas em nome do bem estar comum praticada pelos militares.

A imagem das Forças Armadas ferida e atacada em relação ao período de 21 anos de governo civil-militar floresce o sentimento de ressentimento, onde os militares que atuaram no período acabam ficando presos numa atemporalidade, não podendo perdoar¹⁸⁹.

As acusações violentas atingem a imagem das três armas deixando o orgulho ferido, alimentando e perpetuando o sentimento. O ressentimento então pode ser comparado a acelerar um carro atolado no barro. Quanto mais se acelera, mais se afunda e menos se movimenta [...] É um beco sem saída .”¹⁹⁰

Sendo assim idéia das Forças Armadas imbuídas de um sentimento de construtores da nação, parâmetro de retidão moral e ética, defensores primordiais do nacionalismo, patriotismo e nutridos de um espírito salvacionista, desenvolvimentista e construtivo, toda essa autoconfiança foi ferida e diminuída logo após a saída dos militares do poder. Devido aos ataques vindos da sociedade.

¹⁸⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) **Entre-Vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.160. Grifo meu.

¹⁸⁹ KANCYPER, Luis. **Ressentimento e Remorso**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994. p.9.

¹⁹⁰ Idem, p.1.

Portanto o efeito enquanto fantasma da morte exercido pela depreciação da sociedade esta alicerçado na disseminação de que o papel exercido pelos militares durante os 21 anos de governo foi indigno, arbitrário e ceifador de futuros no país. As três armas apontadas como nocivas para a democracia brasileira. Uma instituição que exerceu um papel nocivo para o país.

O que foi feito pelo bem comum, tornou-se um período de 21 anos de regresso e opressão. Alimenta-se uma idéia de que o país ficou estagnado e teve 21 anos roubados no sentido de se buscar o desenvolvimento ou uma construção social positiva. Esse, portanto é o peso causado pelo fantasma da morte da depreciação civil sobre o movimento civil-militar.

Assim as falas dos militares que participaram do movimento civil-militar quando remetem a participação civil em 1964 mostram que eles sentem-se traídos pela sociedade. Suas ações não acabaram sendo valorizadas como eles acreditam que deveria ser. Por isso esse sentimento de traição, pois atenderam ao chamamento da sociedade e essa mesma sociedade permite que se ataque os militares e se propague uma visão sobre o período carregada de influência dos que foram opositores do regime.

Ao atender esse chamamento agiram imbuídos de uma ética que tem como norte defender o país e as suas instituições. No exercício do poder eles entendem que buscaram o desenvolvimento e o melhor para a nação. A não compreensão de tal condição gera os sentimentos que constroem o ressentir.

Pôde ser percebido que dentro dos depoimentos quando a fala trata sobre o ressentimento em relação à sociedade, o que fica é uma sensação de que do legado de 21 anos de poder, deixou como marcas indeléveis os sentimentos de perda e de injustiça, uma percepção de incapacidade para reverter expectativas e juízos a respeito do assunto. A luta por uma memória institucional positiva foi

perdida.¹⁹¹ Utilizando ainda as palavras da professora Maria Celina, pode se entender que:

“Ficou patente no decorrer das entrevistas que a maneira como os depoentes se julgam avaliados pela sociedade pensante e pela imprensa lhes causa um acentuado desconforto. As mágoas, os ressentimentos e o sentimento de injustiça aparecem com freqüência, denotando uma difícil assimilação do julgamento que se faz do papel que desempenham hoje e particularmente do papel que desempenharam no passado.”¹⁹²

O sentimento de traição é acompanhado e alimentado pela percepção de que o passado estaria sendo mal-interpretado no presente e, mais que isso, subestimado e preterido¹⁹³. O papel exercido pelas Forças Armadas ficou associado ao autoritarismo, violência e desmandos antidemocráticos.

O olhar condenatório dos civis, portanto tem um poder de fantasma da morte no sentido que atinge a imagem das três armas e desqualifica o seu papel de ação dentro da nação. Jogando os militares na vala comum da tortura, desmandos, truculência e autoritarismo, desacreditam o papel que os militares têm e concebem que defenderam com muito valor no sentido de proteção da pátria em 1964.

Assim a condenação civil faz-se força motriz do ressentimento militar. A fala do Gal. Leônidas Gonçalves expõe mais uma vez o ressentir, a incompreensão ocasionada com a não valorização das Forças Armadas por parte da sociedade:

“A esquerda invadiu muito a mídia e fica insistindo. Todo dia tem uma história, todo dia tem uma mentira, todo dia tem uma coisa. Isso nos deixou muito magoados. Porque eu só imagino um Exército amado pelo povo, como um instrumento que a nação tem para se defender. Não vejo o Exército de outro jeito. Agora, o Exército intrigado pela mídia de esquerda, que faz dele um Exército de matadores, torturadores, isto é uma safadeza histórica. É uma safadeza histórica! E se ensina isso nos colégios.”¹⁹⁴

¹⁹¹ FERREIRA, Marieta de Moraes.(Org.) **Entre-Vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.171.

¹⁹² Idem, idem.

¹⁹³ Idem, p.169.

¹⁹⁴ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.p.128.

A incompreensão se faz forte. De um lado os militares defensores da idéia de que seus atos foram abalizados pela legitimação institucional e apoio popular. Do outro a sociedade na figura dos opositores do regime que aponta as ações dos militares como arbitrárias, autoritárias e unilaterais.

Os dois lados e seus ressentimentos latentes criam o ambiente de choque e incompreensão sobre os acontecidos a partir de 1964. Todas as mágoas que ambos os lados entendem como legítimas e passíveis de punição do lado agressor, causam o enfrentamento que traz a sociedade brasileira num cenário infracto quando o assunto verte sobre o cenário político e social do país durante os 21 anos de governo do movimento civil-militar. A cisão, portanto só faz aumentar quando se trata de debater o assunto. Os fantasmas da morte que povoam e amedrontam corações e mentes dos querelantes reforçam e fortalecem o profundo ressentir de ambas as partes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Levamos a vida inteira esperando alguma coisa. Primeiro, sentimo-nos ofendidos e queremos vingança. Depois, esperamos. Já fazia muito tempo que esperava. Não sabia mais a que ponto o rancor e a sede de vingança tinham se transformado em espera”.

Sándor Márai

Muitas obras foram feitas a respeito dos ocorridos em 1964. Os apontamentos são diversos, sobre economia, influência interna e estrangeira, pressão externa num cenário conflituoso da Guerra Fria e outras visões das mais variadas. Elas são importantes para que o contexto seja percebido e compreendido em todos os seus vieses aprimorando e aprofundando a discussão.

“Não há nenhuma fragilidade lógica ou teórica em considerarmos como dados causais necessários à explicação do golpe aspectos macroestruturais (as demandas do capital internacional), decorrências sociopolíticas de tais demandas (luta política organizada dos empresários), padrões de funcionamento das instituições (impasses do sistema político) ou os comportamentos e as leituras de agentes históricos singulares (percepção de “caos” e quebra da disciplina e hierarquia pelos militares). A dificuldade de estabelecimento de nexos causais entre elementos tão diferentes é problema antigo tanto das ciências sociais quanto da história, mas importa dizer que todos esses aspectos devem ser considerados e não, exclusivamente, um ou outro quando da análise de fenômenos complexos, como visivelmente foi o golpe de 64.”¹⁹⁵

Acontece que dentro da bibliografia pouco se tem estudado sobre as motivações dentro da caserna que motivaram a entrada dos militares no movimento que derrubou João Goulart da presidência da república. A primazia está nos elementos fora da caserna que motivaram as ações. Construindo assim uma

¹⁹⁵ FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record 2004.p.42-43.

percepção de que os militares teriam sido levados simplesmente por percepções e interesses externos, minimizando ou simplesmente negaceando as motivações oriundas da caserna.

A pátria estava em perigo, exigindo de seus soldados o combate.¹⁹⁶ Portanto a imagem ruim que se propaga sobre as Forças Armadas é tida como uma inversão, pois se o que costuma prevalecer na história é a visão dos vencedores, o que acabou acontecendo é a perpetuação da visão dos vencidos¹⁹⁷ em relação aos ocorridos em 1964.

Os militares no poder podiam a partir dele tomar as decisões necessárias para reparar perdas e danos sofridos, mas depois que se viram sem a possibilidade de exercê-lo o que ficou foi o silêncio esporadicamente quebrado¹⁹⁸, em relação aos ataques que surgiam por parte dos que foram opositores do regime.

Não existia uma forma de se fazer valer diante dos opositores. Não havia mais como censurar ou caçar os inimigos sob a justificativa de combater a anomia e para se manter a estabilidade e a ordem. Assim alimenta-se o ressentimento contra a sociedade, ainda mais que a possibilidade de ação e exercício do poder para se defender, restringiu-se simplesmente ao silêncio diante dos ataques.

Findado o regime o país voltou a caminhar rumo às liberdades democráticas, onde espera-se que as opiniões tenham um espaço para a livre divulgação e defesa. Os opositores do regime podiam então colocar seus traumas, seus rancores, ou seja, expor o ressentimento contido durante 21 anos.

O retorno ao ambiente de democracia política no país possibilitou que o ressentimento civil viesse à tona. Todo o grito contido passou a ser liberado e mais forte entoado. Pode-se entender que a partir disso iniciava-se um choque de

¹⁹⁶ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. p.25.

¹⁹⁷ Idem, p.13.

¹⁹⁸ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.7.

ressentimentos. O ressentimento é uma constelação afetiva que serve aos conflitos característicos dos indivíduos e dos grupos sociais no contexto das democracias modernas,¹⁹⁹ ou seja, o espaço democrático favorece a exposição de tal afeto. Foi o que aconteceu para benefício dos opositores, mas dano para os militares.

Dentro desta constelação estruturada na soma de rancores, desejos de vingança, raiva, maldade, desprezo, ciúmes, inveja, malícia, o desejo de vingança exerce um papel predominante.²⁰⁰ Um desejo de reparar o dano causado pelas ações dos militares durante o combate na luta armada.

A ausência de punição, de julgamentos dos acusados de atos de violência. A imensa dificuldade em se obter informações a respeito dos restos mortais dos desaparecidos políticos. Tudo isso caminha para contribuir com que o ressentimento da sociedade para com as Forças Armadas aprofunde-se e ganhe força devido ao sentimento da ofensa e da violência sofrida e não respondida no mesmo grau.

O ressentido escreve Nietzsche, sofre de uma memória reiterada, de um impedimento a esquecer. O que ele não pode esquecer? O agravo.²⁰¹ Um agravo para os civis alicerçado na repressão. Passada a euforia inicial do movimento, já no governo Castello Branco os militares passaram a sentir a diminuição do apoio civil²⁰².

Indícios publicados em jornais da época apontavam que caso o ex-presidente Juscelino Kubitschek fosse candidato ele venceria as eleições numa disputa com Costa e Silva²⁰³ (que se tornou o presidente de fato, mas sem eleições diretas). Atos de hostilidade pública e inclusive ataques feitos por importantes membros da

¹⁹⁹ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.p.205.

²⁰⁰ Idem,p.12.

²⁰¹ Idem,p.27.

²⁰² STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.p.187.

²⁰³ Idem,187.

Igreja passaram a privar os militares da legitimidade que eles tinham no corpo social.²⁰⁴

A reação popular contrária ao governo pode ser entendida como uma reação devido aos direitos democráticos perdidos, o recrudescimento das ações restritivas por parte do governo, como cassar direitos políticos, violar a Constituição, restringir enormemente a participação política e os canais de expressão, a instituição da censura, os restritivos Atos Institucionais. Tudo isso bem ainda antes do início das ações armadas dos grupos de esquerda.²⁰⁵

Acontece que os militares em suas falas mostram que suas ações estavam imbuídas por um comportamento ético e valoroso para com o país. O exercício do poder representou uma tentativa de consertar a nação e a não compreensão das ações e os ataques efetuados contra o exercício do poder causam perplexidades dentro das três armas, pois tudo o que foi feito, foi visando atender o bem comum. Foi feito para o bem da pátria, exerceram aquilo que consideravam o correto e semeador do bem-estar geral.

Os erros que ocorreram fizeram e fazem parte de qualquer processo, pois é do humano ser falível. Agora a condenação brutal relegando os 21 anos de governo como um período de atraso e solapador das possibilidades da nação, é algo incompreensível na caserna. Reduzir o governo do movimento civil-militar a tortura, assassinatos, ausência de direitos civis e a recessão econômica da década de oitenta causa o ressentir dos homens de farda.

Os homens de farda não lidam bem com os ataques que sofrem. Acreditando piamente que os 21 anos de governo não merecem sofrer os fortes questionamentos aos quais são expostos, os militares perpetuam a idéia de que são vítimas da depreciação de seus opositores. Portanto enquanto vítimas não precisam assumir seus erros, pois o culpado é o outro. No caso os

²⁰⁴ Idem, p.187.

²⁰⁵ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo:** a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. p.13.

subversivos. Assim perpetua a condição de incompreensão dos motivos que levam ao ressentir por parte dos civis:

“Não se pode dizer que a sociedade brasileira tenha perdoado os militares por seus abusos, seus crimes, por vinte anos de atraso no desenvolvimento da democracia. Nada foi perdoado porque nada foi levado às últimas conseqüências, nenhum ex-ditador foi julgado, ninguém precisou pedir perdão”.²⁰⁶

Por que os militares deveriam pedir perdão já que acreditavam piamente nas ações executadas para proteger a pátria e as Forças Armadas? Por que a população deve ser generosa ao lidar e julgar a memória sobre os 21 anos de governos militares, já que a repressão, a ausência de liberdades individuais a perca de parentes, um aparato repressivo que via tudo o que fosse contrário ao governo como um inimigo a ser extirpado, acompanhando isso uma crise econômica no fim dos setenta e início dos anos oitenta, incidiu diretamente sobre ela?

Tais Perguntas apontam para um impasse. Pois se os dois lados acreditam que têm razão e não estão dispostos a ceder em relação à defesa de suas memórias sobre o período, o que fica é a perpetuação do ressentir e o combate que se dá no campo social para ver qual memória irá prevalecer.

Quando se entra na justiça cobrando indenização do governo pelos acontecidos a partir de 1964, os militares sentem-se agredidos vendo nisso um ato de guerra, de revanchismo. Pois se o país estava em conflito, era fato que haveria baixas dos dois lados, e já que os parentes dos militares não podem buscar indenização, o outro lado também não deveria ter o direito de pleitear. Já que foram eles que iniciaram a luta armada.

“Hoje, esses que estão querendo mexer com anistia vão ter que pagar também seus crimes diante da pátria. Porque eu acho que eles também são traidores da pátria. Se há anistia, foi para anistiar todo mundo. Assaltar banco, matar gente, matar oficial estrangeiro, raptar

²⁰⁶ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.p. 237.

embaixador, isto é crime contra a pátria. Mataram aquele pobre americano em São Paulo, um tal de Chandler. Para que aquilo? Não é uma coisa que dilapida completamente a nossa imagem? E ficam esses engraçados falando isso.”²⁰⁷

Por parte dos opositores os pedidos de indenização estão pautados no direito que eles acreditam ter já que seus familiares foram mortos pelas forças de um Estado arbitrário, que havia derrubado um governo democraticamente eleito, não sendo assim considerado um governo legítimo pelos seus opositores. Um governo ilegítimo de cunho autoritário e retrógrado que perseguiu, torturo e matou os seus opositores. Opositores esses que tinham o direito de agir pois lutavam pelos seus direitos civis e democráticos.

O que fica nesse cenário é uma disputa por qual memória é a “verdadeira” em relação ao período. Isso é ruim, pois não possibilita uma melhor compreensão dos fatos já que as análises estão muitas vezes pautadas num maniqueísmo pueril. Demonizar o opositor e trazer para si toda a aura de verdade e bondade impossibilita que se assumam erros e torna a autocrítica um exercício incapaz de ser feito. Pois se agiu em nome do bem. Não pode ter agido errado.

Sendo assim o choque dos ressentimentos não deixará de criar faíscas e estragos, até por que cada lado carrega a concepção de que estava agindo corretamente, pelo bem do país. As feridas dão mostra de que continuarão abertas por muito tempo. Esse episódio traumático para a sociedade brasileira trará muitos pontos de cisão.

Um trauma que alimenta o ressentimento e que torna todos os envolvidos meros derrotados. Enquanto buscam uma vitória para seus respectivos discursos e visões sobre os 21 anos de governo do movimento civil-militar, aprofundam nessa busca, o ressentimento de ambos os lados, expondo a fratura que ainda divide a sociedade e os militares no tocante à memória do período.

²⁰⁷ CASTRO, Celso Correa Pinto de.; D'ARAUJO, Maria Celina.; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os Anos de chumbo:** a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, c1994. p.240.

Este cenário fendido por um abismo insuperável separa e mantém no campo da incompreensão os lados opostos e faz com que o ressentimento só floresça e não diminua. A busca pela vitória da sua verdade por cada um dos lados, somente perpetuará o ressentir e manterá não só os envolvidos diretos, mas a sociedade brasileira vítima do trauma que o movimento civil-militar de 1964 representou para a o país.

É preciso sim aprender com os erros do passado para que eles não se repitam. Coisa que parece não ter sido compreendida por aqui, pois todo o tipo de desrespeito aos direitos civis continua sendo praticado no Brasil e os militares estão longe do poder faz muito tempo. O respeito para com os direitos das pessoas é negligenciado em todas as esferas de poder, e não é mais o caso de dizer que vivemos sob a batuta de um regime autoritário.

“A melhor sociedade será, pois, aquela que isenta o poder de pensar do dever de obedecer, e, em seu próprio interesse, se resguarda de submetê-lo à regra do Estado, que vale apenas para as ações. Enquanto o pensamento for livre, portanto vital, nada estará comprometido; quando deixa de o ser, todas as outras opressões tornam-se igualmente possíveis, e, uma vez realizadas, qualquer ação se torna culpável, e toda a vida ameaçada.”²⁰⁸

Temos toda a vida ameaçada devido às construções sociais injustas que se perpetuam em nossa sociedade. Se no passado o perigo a ser exterminado era o do comunismo, agora o inimigo que deve ser combatido e exterminado parece ser as classes laboriosas. A opressão silenciosa se estende por todos os lados.

Os hospitais públicos e seus corredores amontoados de desassistidos, as escolas públicas diplomando analfabetos funcionais, as favelas do país concentrando os excluídos que só conhecem o Estado na figura da repressão policial e no vazio dos direitos constitucionais.

A juventude sem estudo e desempregada ancorando-se nas drogas para esquecer o fracasso de suas vidas e a ausência de afetos, sem esquecer os presidiários que pagam uma pena dupla. A primeira, devido o crime que

²⁰⁸ DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.p.10.

cometeram. A segunda que é fruto de uma sociedade omissa que fecha os olhos para a condição subumana em que vivem os encarcerados, acreditando que eles mereçam passar por isso devido aos seus crimes.

Acontece que o Estado, a sociedade que violenta e é omissa com os presidiários, repete e perpetua o tratamento com todos aqueles que consideram excluídos. Por isso os péssimos serviços públicos, a situação degradante nas moradias das inúmeras periferias desse país e todo o abandono no qual o povo está inundado. As cadeias se reproduzem nos hospitais, terminais de ônibus e bairros pobres.

A tortura nas cadeias reproduz-se nas horas de espera, nos péssimos atendimentos, na omissão pública, reproduz-se quando ocorrem manifestações reivindicatórias e nas reintegrações de posse, onde a polícia aplica toda a brutalidade contra trabalhadores indefesos e desarmados. Mostrando como o Estado brasileiro se relaciona com o povo.

Enfim, as fraturas da sociedade brasileira são muitas e as feridas sangram expondo a urgência do tratamento. O legado dos 21 anos do governo civil-militar precisa ser melhor trabalhado. A cisão que ele causa não constrói uma harmonia social e ainda encontra reflexos no imaginário do país. O confronto faz parte e é importante para a construção de uma sociedade madura, porém uma contenda que leva os lados opostos a buscar a destruição do outro, não leva a nada de produtivo. Apenas perpetua a violência e os ressentimentos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRESCIANI, Stella.; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)entimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2004.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

_____. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. **Visões do golpe**: a memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**: o poder militar na America Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COUTO, Ronaldo Costa. **Memória Viva do Regime Militar**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

D' ALESSIO, Marcia Barbosa Mansor. **Reflexões sobre o saber histórico**: [entrevistas com] Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Reberieux. São Paulo: UNESP, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta 2002.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias do Subsolo**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

DREIFUSS, René Armand. **1964 : a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS. ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. **Manual Básico**: 1977-1978. Rio de Janeiro, 1977.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **Os militares como categoria social**. São Paulo: Global, 1979.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** - São Paulo: Perspectiva, 1999.

KANCYPER, Luis. **Ressentimento e Remorso.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História:** novas abordagens. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

LE GOFF, Jacques.; NORA, Pierre. **História:** novos objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História:** novos problemas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria:** história do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho":** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo, SP: Perspectiva; FAPESP, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral:** um escrito polêmico. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **As Forças Armadas:** política e ideologia no Brasil, 1964-1969. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **Militares:** pensamento e ação política. Campinas: Papirus, 1987.

RICOUER, Paul. **História e verdade.** Rio de Janeiro: Forense, 1968.

SILVA, Helio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **1964:** golpe ou contragolpe?. Porto Alegre: L&PM, 1978.

SLOTEDIJK, Peter. **O Desprezo das Massas:** ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

SOUZA, Olga Maria Machado Carlos de; SOUBBOTNIK, Michel Alain (Org.). **Enlaces:** psicanálise e conexões, Vitória, ES: GM Gráfica & Editora, 2008.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política.** Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro.** São Paulo: Global, 1985.

ANEXOS

ANEXO A: LISTA DOS ENTREVISTADOS

Adyr Fiúza de Castro

Antônio Bandeira

Carlos Alberto da Fontoura

Carlos de Meira Mattos

Cyro Guedes Etchegoyen^{*209}

Deoclecio Lima de Siqueira^{*210}

Enio dos Santos

Gustavo moraes Rego Reis

Ivan de Souza Mendes

Leônidas Pires Gonçalves

João Paulo Moreira Burnier*

José Luiz Coelho Netto

Octávio Costa

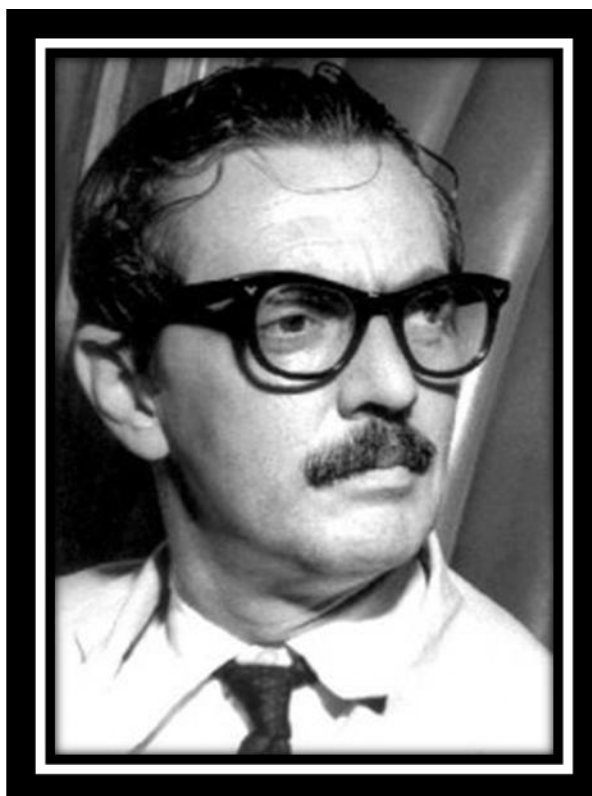
²⁰⁹ De todos os entrevistados, Etchegoyen era o único que não chegou a condição de general. Foi para a reserva na condição de coronel. Os dois militares da Aeronáutica alcançaram patentes dentro da Força Aérea que equivalem a de general no Exército.

²¹⁰ Todos os Militares com exceção de Deoclecio Lima de Siqueira e João Paulo Moreira Burnier que fizeram parte da Aeronáutica, pertenceram as fileiras do Exército.

ANEXO B: GETÚLIO VARGAS E GÓES MONTEIRO

Getúlio Vargas(sentado no centro) e Góes Monteiro(em pé) durante o movimento de 1930, que pôs fim a República Velha.

FONTE: <http://cafehistoria.ning.com/group/aeravargas/forum/topics/fotos-e-documentos-do-periodo?page=3&commentId=1980410%3AComment%3A286507&x=1#1980410Comment286507>

ANEXO C: JÂNIO QUADROS

FONTE: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/governo-de-janio-quadros/>

ANEXO D: CONDECORAÇÃO DE GUEVARA

FONTE: http://orebate-cassioribeiro.blogspot.com/2008_04_01_archive.html

ANEXO E: JOÃO GOULART

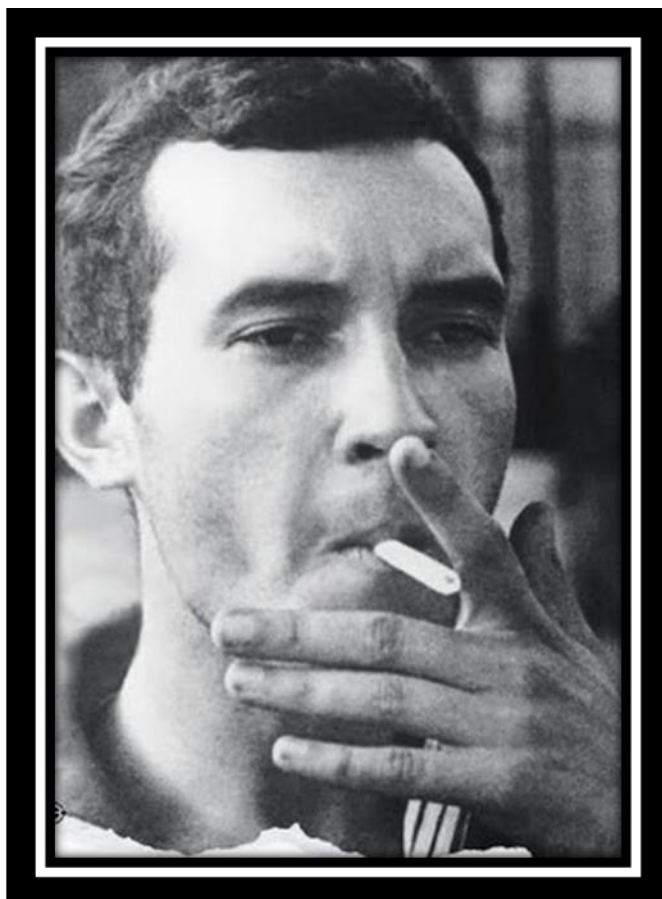
FONTE:<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/governo-joao-goulart/governo-joao-goulart-5.php>

ANEXO F: COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL

FONTE: http://orebate-cassioribeiro.blogspot.com/2008_04_01_archive.html

ANEXO H: CAMPANHA ANTICOMUNISTA

FONTE: http://virtualiaomanifesto.blogspot.com/2008_06_01_archive.html

ANEXO I: CABO ANSELMO

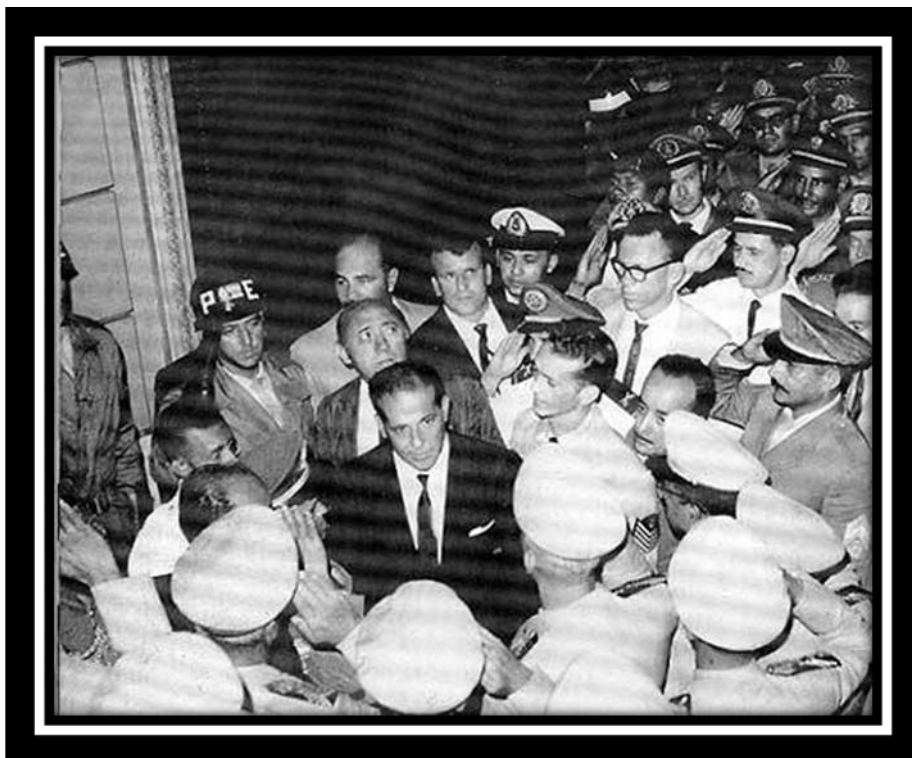
FONTE:<http://cincomeiasete.blogspot.com/2010/11/o-discurso-de-cabo-anselmo.html>

ANEXO J: CABOS E SARGENTOS CARREGANDO NOS BRAÇOS O ALMIRANTE VERMELHO



FONTE: <http://www.ler-qi.org/IMG/jpg/604.jpg>

ANEXO L: JOÃO GOULART CHEGANDO PARA DISCURSAR NO AUTOMÓVEL CLUB



FONTE: <http://titaferreira.multiply.com/market/item/147>

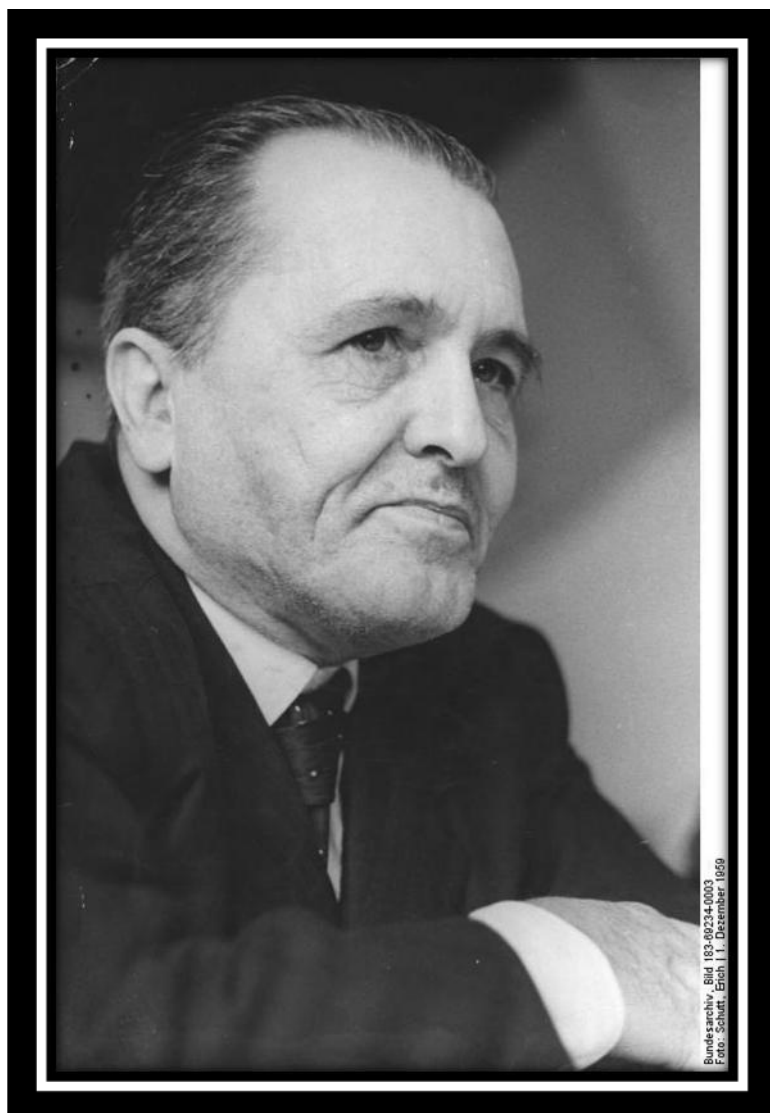
ANEXO M: TANQUES NAS RUAS DURANTE A MADRUGADA DE 31 DE MARÇO



FONTE: http://orebate-cassioribeiro.blogspot.com/2008_04_01_archive.html

ANEXO N : TANQUES NAS RUAS NO DIA 1° DE ABRIL

FONTE: http://orebate-cassioribeiro.blogspot.com/2008_04_01_archive.html

ANEXO O: LUÍS CARLOS PRESTES

FONTE:<http://filosofianobotequim.blogspot.com/2009/09/luis-carlos-prestes.html>

ANEXO P: FERNANDO GABEIRA

FONTE: http://blogdomariofortes.blogspot.com/2010_01_10_archive.html

ANEXO Q: MARCHA POPULAR CONTRA O GOVERNO CIVIL-MILITAR

FONTE: http://orebate-cassioribeiro.blogspot.com/2008_04_01_archive.html

ANEXO R: TROPAS DO EXÉRCITO NO ARAGUAIA

FONTE: <http://tudoglobal.com/blog/capa/94901/lula-cobra-relatorio-sobre-guerrilha-do-araguaia.html>

**ANEXO S: PRÉDIO ONDE FUNCIONOU O DEPARTAMENTO DE ORDEM
POLÍTICA E SOCIAL EM SÃO PAULO**



FONTE:<http://olinguarudo.spaceblog.com.br/147598/Estacao-Pinacoteca-Memorial-da-Liberdade-para-nao-nos-esquecermos-da-ditadura/>

ANEXO T: ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

FONTE: <http://www.promilitar.com.br/aman.htm>

ANEXO U: ESCOLA MILITAR DO REALENGO

FONTE: <http://memoriasderealengo.blogspot.com/>

ANEXO V: PRÉDIO ONDE FUNCIONOU O DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES E O CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA NO RIO DE JANEIRO



FONTE: <http://www.fazendomedia.com/uma-outra-historia-sobre-a-base-de-fuzileiros-navais-da-ilha-das-flores/>

ANEXO X: MEMORIAL ERGUIDO NA PRAIA VERMELHA (RJ) EM HOMENAGEM AOS SOLDADOS QUE MORRERAM COMBATENDO A INTENTONA COMUNISTA NO ANO DE 1935



FONTE: <http://Roberto-menezes.blogspot.com/2010/12/o-ouro-de-moscou-parte-ii.html>

ANEXO Z: TROPAS EM PRONTIDÃO

FONTE: <http://blogdopedronelito.blogspot.com/2009/03/enterrem-o-meu-coracao-no-dia-31-de.html>